

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA PARAÍBA**



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA PARAÍBA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 127/2013**, e das orientações do órgão de controle interno.

João Pessoa/PB/2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1.IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA	11
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	11
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	12
2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia.....	12
3. ACOMPANHAMENTO DOS PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA GESTÃO16	
3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária	16
3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações	16
3.1.2 Cartografia	18
3.1.3 Territórios Quilombolas.....	21
3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor	23
3.1.5 Indicadores	24
3.1.6 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste	33
3.1.7 Para Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.....	33
3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento	34
3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações.....	34
3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)	42
3.2.3 Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente.....	43
3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados	45
3.2.5 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária	48
3.2.6 Principais atividades de controle do Gestor	48
3.2.7 Indicadores	49
3.2.8 Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (Exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal).....	49
3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.....	50
3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações.....	56
3.3.2 Diagnóstico, por microrregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura	67
3.3.3 Demonstração dos resultados das ações.....	71
3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento	81
3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor	81
3.3.6 Indicadores	83
3.3.7 Para Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste	85

3.3.8 Para as Superintendências da Região Sudeste e Sul.....	85
3.3.9 Para as Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal.....	85
4. PRESTAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS AO PÚBLICO	85
4.1 Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo	85
4.2 Principais atividades de controle do Gestor	86
5. GESTÃO DE PESSOAS	86
5.1 Distribuição de servidores.....	86
5.2 Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR.....	86
5.3 Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem.....	87
5.4 Recursos humanos da unidade.....	87
5.4.1 Composição do quadro de servidores ativos.....	87
5.4.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	87
5.4.3 Composição do quadro de estagiários e custos relacionados	88
5.4.4 Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa.....	89
5.4.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços	89
5.4.6 Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício.....	91
5.4.7 Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal	92
5.4.8 Indicadores Gerenciais sobre Pessoal	93
5.4.9 Análise crítica sobre a distribuição de servidores	94
6. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.....	94
6.1 Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.....	94
6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR.....	97
6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber	97
6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR.....	101
7. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	101
7.1 Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência	101
7.2 Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos	103
7.3 Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações ...	103
7.4 Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos.....	104
7.5 Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais	104
8. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	104
8.1 Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício	104

8.2 Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior	104
9. OUVIDORIA.....	108
10. CORREIÇÃO.....	112
10.1 Consolidação das informações sobre os Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados no âmbito da Superintendência, incluindo informações sobre a obrigação da Superintendência de registro de tais Processos no Sistema CGU-PAD.....	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	11
QUADRO METAS INCRA SEDE (NACIONAL).....	14
QUADRO METAS INCRA SR-18/ PARAÍBA.....	15
Quadro 2 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária	16
Quadro 3 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar	17
Quadro 4 - Indicadores do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	32
Quadro 5 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária.....	34
Quadro 6 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução de Restos a Pagar.....	35
Quadro 7 - Indicadores do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos.....	49
Quadro 8 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.....	56
Quadro 10 - Indicadores do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento..	83
Quadro 11: Composição do quadro de servidores ativos.....	87
Quadro 12: Composição do quadro de servidores inativos.....	87
Quadro 13: Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	88
Quadro 14: Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.....	88
Quadro 15: Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa	89
Quadro 16: Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	89
Quadro 17: Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.....	91
Quadro 18: Indicadores Gerenciais sobre Pessoal.....	93
Quadro 19: Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.....	96
Quadro 20: Informações sobre transferências realizadas.....	97
Quadro 21: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL.....	101

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS – Microssistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
 MMA – Ministério do Meio Ambiente
 MP - Medida Provisória
 MPF – Ministério Público Federal
 MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
 NE - Norma de Execução
 NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
 OCI – Órgão de Controle Interno
 PA - Projeto de Assentamento
 PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
 PAF - Projeto de Assentamento Florestal
 PB – Projeto Básico
 PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
 PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PGE - Plano Geral de Estatísticas
 NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
 PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
 PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
 PC – Plano de Compromisso
 PPA - Plano Plurianual
 PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
 PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
 PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
 PU - Planos de Utilização
 RB – Relação de Beneficiários
 RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
 RG - Relatório de Gestão
 RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
 RL - Reserva Legal
 RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
 SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
 SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
 SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
 SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
 SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
 SIG - Sistema de Informações Geográficas
 SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
 SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
 SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
 SIR - Sistema de Informações Rurais
 SISDOC – Sistema de Documento
 SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
 SISPROT – Sistema de protocolo
 SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
 SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
 SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

Reforma Agrária significa a mudança do estado agrário vigente, procurando-se mudar o estado atual da situação agrária. E esse estado o que se procura modificar é o feudalismo agrário e a grande concentração agrária (latifúndios) em benefício das massas trabalhadoras do campo, democratizando assim a posse e distribuição de terras no Brasil. Por consequência, as leis de reforma agrária se opõem a um estado anterior de estrutura agrária privada que se procura modificar para uma estrutura de propriedade com sua função social, é nesse contexto que se insere o INCRA como Órgão responsável por realizar essa transição entre tempos e métodos praticados.

Assim, a reforma agrária tem o objetivo de constituir um novo regramento das normas disciplinando a estrutura agrária do país, tendo em vista a valorização humana do trabalhador e o aumento da produção, conseqüentemente melhorando também a qualidade de vida das pessoas do campo, mediante a utilização racional da propriedade agrícola e de técnicas apropriadas.

A política fundiária, por sua vez, difere da política agrícola; objetivando o disciplinamento da posse da terra e de uso adequado (função social da propriedade). Visando e promovendo o acesso à terra daqueles que saibam produzir, dentro de uma sistemática moderna, especializada e profissionalizada.

Nesse novo contexto, a terra tem uma função social, que é justamente a produção agrícola para alimentar a população humana e a sociedade urbanizada, bem como a redistribuição das terras que é normalmente um dos principais objetivos de qualquer programa de reforma agrária.

É nesse contexto, que o INCRA trabalha e assim construímos o nosso Relatório de Gestão, focado na melhor distribuição e uso das terras, e conseqüentemente na busca de um meio rural mais igualitário e justo para população do campo e das cidades.

Em conformidade com as disposições da Decisão Normativa – TCU N° 127, de 15 de maio de 2013, o Relatório de Gestão da Superintendência Regional do INCRA na Paraíba (SR-1804) foi elaborado mediante Ordem de Serviço n° 35, de 10 de Outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviço, em 11 de Novembro de 2013. Aproveito para informar que os itens 3.1.6, 3.1.7, 3.2.8, 3.3.8 e 3.3.9 não se aplicam a SR-18/PB. O item 9 está englobando os subitens 9.1 e 9.2.

As metas físicas e orçamentárias alcançadas pela Superintendência Regional da Paraíba devem ser analisadas com os aspectos da vida social, política e financeira da nação, não há como ser diferente, pois estamos todos inseridos num mesmo contexto. Faz-se necessário ressaltar que os

indicadores de execução refletem percentuais de metas executadas levando em consideração o ciclo de planejamento e avaliação institucional do órgão que não coincide com o exercício orçamentário, sendo o ciclo de abril a maio.

A reflexão dos gestores da superintendência sobre os macroprocessos de apoio finalísticos diante da demanda por mais eficiência na utilização dos recursos financeiros e operacionais cada vez mais escassos, e por melhoria dos resultados para o público direto do Programa Nacional de Reforma Agrária e da estrutura fundiária é oportunizada pelo Relatório de Gestão do exercício 2013. Os órgãos de controle são parceiros de extrema importância na análise crítica e feitura do referido relatório. A Superintendência do INCRA na Paraíba vem estreitando laços de parceria com tais órgãos em busca da maximização dos recursos e melhor aplicação destes.

O Plano de Compromisso do INCRA - 2013, assinado pelo Superintendente da SR-18/PB em Campina Grande/PB, no dia 26 de Agosto de 2013, firmado entre a Direção do Órgão Central e os Gestores das Superintendências Regionais estabeleceu metas físicas e limites orçamentários para os programas e ações a serem desenvolvidas pelas Regionais.

INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário			Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Regional do Incra na Paraíba			
Denominação Abreviada: Incra SR(18)PB			
Código SIORG: 04140	Código LOA: NA¹		Código SIAFI: 373047
Natureza Jurídica: Autarquia Federal		CNPJ: 00.375.972/0022-95	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(83) 3049-9204	(83) 3049-9200	(83) 3049-9264
Endereço Eletrônico: incrapb@jpa.incra.gov.br			
Página da internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Rua Desportista Aurélio Rocha, 592 - Bairro dos Estados. CEP: 58.031-000. João Pessoa - Paraíba			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criado pelo Decreto-Lei n.º 1.110, DOU de 10/07/1970, extinto através de Decreto-Lei 2363, DOU de 21/10/1987, restabelecido através de Decreto-Legislativo 02, de 29/03/1989. Estrutura Organizacional aprovada pelo Decreto n.º 5.735, publicado no DOU de 28 de março de 2006, com nova redação dada pelo Decreto n.º 5.928, publicado no DOU de 14 de outubro de 2006, revogados pelo Decreto 6.812, de 03 de abril de 2009.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto n.º. 6.812, de 03 de abril de 2009. Aprova a estrutura regimental do INCRA.			
Portaria MDA n.º 20, de 08 de abril de 2009. Aprova o regimento interno do INCRA.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual do Módulo de Monitoramento e Avaliação - 2009;			
Instrução Normativa n.º 55, de 03 de agosto de 2009;			
Manual Operacional de ATES 2008 - Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº 78, de 31/10/2008;			
Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária - 2006			
Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial - Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DT n.º 52, de 25/10/2006;			
Manual de Operação do PRONERA - Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 238, de 31/05/2011;			
Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais - 2ª Edição - 2010			
Manual de Orientação - Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais - 2002			
Manual de Cadastro Rural			
Manual de Fiscalização Cadastral			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se Aplica	Não se aplica		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
37201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
373047		37201	

¹A UJ não está relacionada na LOA. A Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na Paraíba é um órgão descentralizado da estrutura organizacional do INCRA, código LOA 49201.

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia

De acordo com o Plano de Ação 2013-2014, a Superintendência do Incra no Estado da Paraíba assumiu o compromisso através da assinatura da Agenda de Gestão de atingir as seguintes metas:

SUPERINTENDÊNCIA		SR-18/PB						
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	AÇÃO / ATIVIDADE	META FÍSICA	LOA Corrente	LOA INVEST.	LOA IFI	LOA EXT.	TOTAL LOA
2000 - Administração da unidade	PO 01 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Capacitar Servidores/Executar ação de capacitação	9	R\$ 15.934,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.934,95
2000 - Administração da unidade	PO 02 - Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário	Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2000 - Administração da unidade	PO 03 - Administração da Unidade	Implementar rotina de redução de custos - Efetivar a política de controlar o spool de impressão por usuário logado e trabalho impresso para cada divisão	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2000 - Administração da unidade	PO 03 - Administração da Unidade	Implementar rotina de redução de custos - Executar o Programa Eplanada Sustentável (PES) e o Programa de Eficiência do Gasto Público (PEG)	7,1%	R\$ 1.654.251,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.654.251,00
2000 - Administração da unidade Soma				R\$ 1.670.185,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.670.185,95
2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	PO 01 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Gerenciamento do Cadastro Rural - Atualizar o cadastro de imóveis rurais no SNCR	5200	R\$ 90.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 90.000,00
2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	PO 02 - Regularização Fundiária - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Gerenciamento do Cadastro Rural - Capacitar servidores de Unidades Municipais de Cadastro - UMC	25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	PO 01 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Gerenciamento do Cadastro Rural - Corrigir Imóveis rurais com código de nacionalidade INEXISTENTE ou INVÁLIDO no SNCR	165	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	PO 02 - Regularização Fundiária - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Gerenciamento do Cadastro Rural - Expandir a rede nacional de cadastro rural	18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural Soma				R\$ 90.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 90.000,00
2105 - Assistência técnica e extensão rural para a reforma agrária	PO 01 - Formação e Capacitação de Agente de Assistência Técnica e Extensão Rural - Incra	Formação e Capacitação de Agentes de ATEs	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2105 - Assistência técnica e extensão rural para a reforma agrária	PO 02 - Brasil Sem Miséria - Assistência Téc. E Extensão Rural p/ Ref. Agrária	Número de famílias atendidas com ATEs - Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	10641	R\$ 5.918.798,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.918.798,69
2105 - Assistência técnica e extensão rural para a reforma agrária	PO 03 - Assistência Técnica e Extensão Rural p/ Reforma Agrária							
2105 - Assistência técnica e extensão rural para a reforma agrária	PO 04 - Territórios da Cidadania - Assistência Téc. E Extensão Rural p/ Ref. Agrária							
2105 - Assistência técnica e extensão rural para a reforma agrária Soma				R\$ 5.918.798,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.918.798,69
210T - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO NO CAMPO	PO 01 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPO	PRONERA - EJA	0	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.000,00
210T - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO NO CAMPO	PO 02 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM ASSIST. TÉCNICA, PEDAGÓGICA E SOCIAL	PRONERA - Concessão de Bolsas	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
210T - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO NO CAMPO	PO 03 - CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR P/ A REFORMA AGRÁRIA	PRONERA - Capacitação e Formação Prof. de NM e NS	120	R\$ 660.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 660.000,00
210T - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO NO CAMPO Soma				R\$ 670.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 670.000,00
210U - Organização da estrutura fundiária	PO 09 - Regularização Fundiária - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Regularização Fundiária - Monitorar os convênios em vigência de regularização fundiária / Monitorar os convênios de regularização fundiária encerrados / Regularização Fundiária direta incluindo Legitimação de Posses até 100ha nos estados RS, SC, PR, SP, M	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
210U - Organização da estrutura fundiária	PO 0A - Regularização Fundiária - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	Ampliar o número de polígonos georreferenciados na base cartográfica digital	36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
210U - Organização da estrutura fundiária	PO 0A - Regularização Fundiária - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	Esgotar o passivo processual de certificação de imóveis rurais nas SR	8	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
210U - Organização da estrutura fundiária	PO 0B - Regularização Fundiária - Gestão de Terras Públicas	Concessão de direito real de uso ao ICMBIO / Arrecadação sumária de terras devolutas da União	4321	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00
210U - Organização da estrutura fundiária	PO 0C - Regularização Fundiária - Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
210U - Organização da estrutura fundiária Soma				R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	AÇÃO / ATIVIDADE	META FÍSICA	LOA Corrente	LOA INVEST.	LOA IFI	LOA EXT.	TOTAL LOA
210Z- Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas	PO 03 - Regularização Fundiária - Indenização das Beneficiárias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas p/as Comunidades Quilombolas	Desintrusão das áreas decretadas	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
210Z- Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas	PO 04 - Regularização Fundiária - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Elaborar relatório antropológico e demais peças do RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - Elaborar o RTID	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
210Z- Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas	PO 04 - Regularização Fundiária - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Elaborar relatório antropológico e demais peças do RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - Finalizar a elaboração de laudo Antropológico	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
210Z- Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas	PO 04 - Regularização Fundiária - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Elaborar relatório antropológico e demais peças do RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - Propor a publicação do RTID à Sede	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
210Z- Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas	PO 04 - Regularização Fundiária - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Inserir dados das comunidades no I3Geo e Sipra	21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
210Z- Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas	PO 04 - Regularização Fundiária - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Propor a decretação de territórios quilombolas	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
210Z- Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas	PO 04 - Regularização Fundiária - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Publicar portaria de reconhecimento de território quilombola	2	R\$ 82.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 82.000,00
210Z- Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas	PO 04 - Regularização Fundiária - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Publicar portaria de reconhecimento de território quilombola	352,8986	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
210Z- Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas	PO 04 - Regularização Fundiária - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Titular terras públicas e particulares	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
210Z- Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas Soma				R\$ 82.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 82.000,00
211A - Desenvolvimento de assentamentos rurais	PO 03 - FOMENTO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E À COMERCIALIZAÇÃO - TERRA SOL	Fomento a Agroindustrialização e à Comercialização - TERRA SOL (Famílias)	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
211A - Desenvolvimento de assentamentos rurais	PO 04 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Número de documentos expedidos p/ Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais	560	R\$ 6.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.000,00
211A - Desenvolvimento de assentamentos rurais	PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Benef do PNRA	BUSCA ATIVA - Promover o cadastramento de acampados no CADÚnico e no SIPRA	1174	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
211A - Desenvolvimento de assentamentos rurais	PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Benef do PNRA	BUSCA ATIVA - Promover o cadastramento de assentados no CADÚnico	3436	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
211A - Desenvolvimento de assentamentos rurais	PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Benef do PNRA	HOMOLOGAÇÃO DE FAMÍLIAS	430	R\$ 90.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 90.100,00
211A - Desenvolvimento de assentamentos rurais	PO 07 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Cadeia Dominial	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
211A - Desenvolvimento de assentamentos rurais	PO 07 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria de imóveis rurais	15000	R\$ 210.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 210.000,00
211A - Desenvolvimento de assentamentos rurais	PO 08 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Nº de famílias beneficiadas com implantação e recuperação de Infraestrutura Básica em PA's com construção de habitação	489	R\$ 62.012,55	R\$ 1.359.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.421.412,55
211A - Desenvolvimento de assentamentos rurais	PO 09 - DEMARCAÇÃO TOPOGRÁFICA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento (Famílias atendidas)	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
211A - Desenvolvimento de assentamentos rurais	PO 0A - Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Executar a Supervisão Ocupacional	414	R\$ 33.120,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 33.120,00
211A - Desenvolvimento de assentamentos rurais Soma				R\$ 401.232,55	R\$ 1.359.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.760.632,55
211B - Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	PO 01 - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária	Realizar pagamento de Indenização Complementar de imóveis rurais	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
211B - Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	PO 02 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária	Realizar pagamento de Indenização inicial de imóveis rurais - Área obtida (ha)	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
211B - Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária Soma				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total Geral				R\$ 8.837.217,19	R\$ 1.359.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.196.617,19

Quadros retirados do documento original da Agenda de Gestão assinada no município de Campina Grande/PB, em 26 de Agosto de 2013.

De acordo com arquivo disponibilizado via INCRANET pela Diretoria de Gestão Estratégica, segue o comparativo das metas consolidadas SEDE e em seguida da Superintendência da Paraíba:

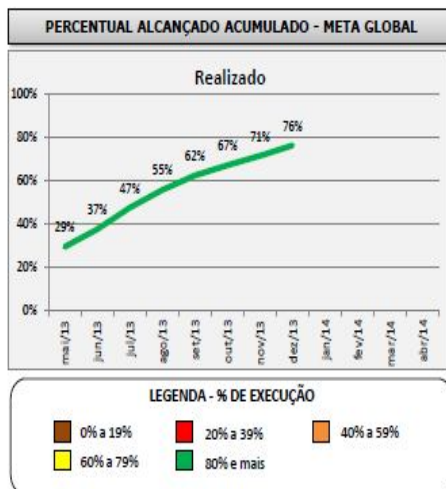
QUADRO METAS INCRA SEDE (NACIONAL)

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA - DE

Avaliação de Desempenho - Metas Institucionais

Relatório de acompanhamento - Maio/Dezembro

METAS GLOBAIS - VALORES ACUMULADOS E PERCENTUAL DE ATINGIMENTO DA META																
Indicadores	Unidade	Meta	Mai. 2013	Jun. 2013	Jul. 2013	Ago. 2013	Set. 2013	Out. 2013	Nov. 2013	Dez. 2013	Jan. 2014	fev. 2014	Mar. 2014	Abr. 2014	% Exec. Real	% Exec. Normalizada
1. Número de famílias assentadas	Famílias	31.000	780	2.204	4.729	7.385	9.292	12.056	16.577	28.481	0	0	0	0	92%	92%
2. Número de títulos expedidos de concessão e destinação de Imóveis Rurais em projetos de assentamento	Título Expedido	40.000	3.360	7.495	10.376	14.087	18.273	21.017	23.799	28.493	0	0	0	0	71%	71%
3. Número de famílias atendidas com assistência técnica	Famílias	304.359	184.281	185.511	194.709	195.385	195.385	195.385	203.385	203.385	0	0	0	0	67%	67%
4. Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido	Famílias	43.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Número de famílias beneficiadas com a implantação e recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento que serão atendidos com construção de habitações	Famílias	34.333	537	615	955	1.041	1.247	1.598	1.864	2.872	0	0	0	0	8%	8%
6. Área total de imóveis visitados	Hectare	873.742	84.426	162.814	303.820	366.574	441.618	462.070	501.163	519.360	0	0	0	0	59%	59%
7. Número de Servidores do INCRA capacitados	Servidor	1.280	228	518	803	1.113	1.278	1.398	1.469	1.540	0	0	0	0	120%	100%
8. Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	Imóvel	206.489	25.669	50.585	78.432	108.138	142.643	178.635	209.039	233.277	0	0	0	0	113%	100%
9. Número de lotes supervisionados	Lotes	48.106	5.114	9.046	11.358	16.571	25.182	31.408	33.257	34.079	0	0	0	0	71%	71%
10. Aplicação ou recolhimento dos recursos financeiros do crédito instalação depositados em conta	R\$	786.666.667	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100%	100%
11. Número de polígonos georreferenciados inseridos na base cartográfica do INCRA	Imóvel	35.547	488	2.901	5.567	8.333	10.662	13.407	15.448	15.448	0	0	0	0	43%	43%
12. Adesão ao Projeto Esplanada Sustentável	Percentual de redução de custos	7,10%	76%	27%	52%	22%	11%	21%	31%	18%	0%	0%	0%	0%	-	-
13. Número de atualizações cadastrais realizadas no SIPRA	Atualizações Realizadas	14.181	3.604	6.919	11.901	17.192	21.643	27.651	35.990	52.795	0	0	0	0	372%	100%
% DE ATINGIMENTO - META GLOBAL			29%	37%	47%	55%	62%	67%	71%	76%	0%	0%	0%	0%	114%	76%



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		
Indicador	Fonte	Comentário
1	SIPRA	Inclui todas as famílias assentadas (Rel. 233 - SIPRA).
2	SIPRA e SIR	Inclui CCU, CCORU, TD e doc. de destinação de bens remanescentes (SIR).
3	SIATER/DEA	Inclui todos os contratos inseridos no SIATER e os contratos não inseridos no SIATER, desde que iniciados antes de 2013.
4	SIR	Indicador excluído, conforme Portaria Incra nº 48, de 6/02/2014, tendo em vista o recolhimento dos recursos realizado de acordo com a Portaria Incra nº 352, de 18/06/2013.
5	SIR	Inclui famílias beneficiadas com infraestrutura (contratação) em PA's que serão atendidas com construção de habitações, conforme novos indicadores criados no SIR.
6	SIR	Inclui visitações preliminares (VP), de avaliação (VA), conjuntas e outras que contam para a meta. O uso de VP e VA no cálculo da meta está em análise pela DT.
7	SIR e DAH-3	Contabiliza as oportunidades de capacitação dos servidores das SR's (SIR) e da Sede (DAH-3).
8	SNCR	Número de atualizações cadastrais, conforme relatório do SNCR.
9	SIR	Inclui todos os lotes supervisionados, independente da situação de regularidade do ocupante.
10	Banco do Brasil	Representa os valores aplicados e recolhidos (R\$ 1.897.044.634,50) conforme a Portaria 352/2013, subtraindo-se os valores devolvidos.
11	Acervo Fundiário	Inclui todos os polígonos inseridos na base cartográfica do INCRA, independente do ano de realização do georreferenciamento.
12	SIAP	Inclui os valores liquidados nos subitens água, telefone e energia elétrica comparados com igual período do exercício anterior, e corrigidos monetariamente pelo IPCA.
13	SIPRA	Contabiliza as atualizações cadastrais de CPF do titular e do cônjuge, bem como da situação do beneficiário no SIPRA (Rel. 410 do SIPRA).

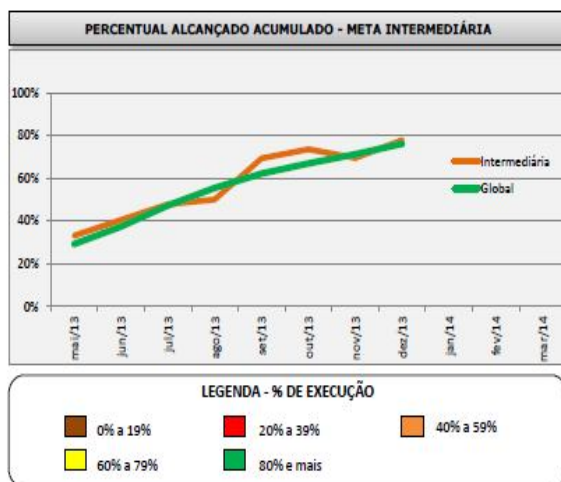
QUADRO METAS INCRA SR-18/ PARAÍBA

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA - DE

Avaliação de Desempenho - Metas Institucionais Relatório de acompanhamento - Maio/Dezembro

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DA PARAÍBA - SR (18)

Indicadores	Unidade	Meta	Mai. 2013	Jun. 2013	Jul. 2013	Ago. 2013	Set. 2013	Out. 2013	Nov. 2013	Dez. 2013	Jan. 2014	fev. 2014	Mar. 2014	Abr. 2014	% Exec. Real	% Exec. Normalizada
1. Número de famílias assentadas	Famílias	387	11	71	121	193	263	362	394	399	0	0	0	0	103%	100%
2. Número de títulos expedidos de concessão e destinação de Imóveis Rurais em projetos de assentamento*	Título Expedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0	71%	71%
3. Número de famílias atendidas com assistência técnica	Famílias	10.644	10.837	10.837	10.837	10.837	10.837	10.837	10.837	10.837	0	0	0	0	102%	100%
4. Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido	Famílias	500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Número de famílias beneficiadas com a implantação e recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento que serão atendidos com construção de habitações	Famílias	460	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%
6. Área total de imóveis vistoriados	Hectare	15.000	216	216	1.916	3.270	7.766	9.366	9.366	9.366	0	0	0	0	62%	62%
7. Número de Servidores do INCRA capacitados	Servidor	12	0	1	3	5	9	9	12	12	0	0	0	0	100%	100%
8. Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	Imóvel	4.199	282	819	1.393	2.053	2.755	3.350	4.180	4.696	0	0	0	0	112%	100%
9. Número de lotes supervisionados	Lotes	414	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%
10. Aplicação ou recolhimento dos recursos financeiros do crédito instalação depositados em conta	R\$	11.710.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100%	100%
11. Número de polígonos georreferenciados inseridos na base cartográfica do INCRA	Imóvel	34	0	0	0	23	70	73	86	86	0	0	0	0	253%	100%
12. Adesão ao Projeto Esplanada Sustentável	Percentual de redução de custos	4,80%	66%	25%	5%	-18%	8%	7%	-3%	14%	0%	0%	0%	0%	-	-
13. Número de atualizações cadastrais realizadas no SIPRA	Atualizações Realizadas	215	34	145	272	420	552	724	788	798	0	0	0	0	371%	100%
% DE ATINGIMENTO - META INTERMEDIÁRIA			33%	41%	48%	50%	69%	73%	69%	78%	0%	0%	0%	0%	130%	78%



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		
Indicador	Fonte	Comentário
1	SIPRA	Inclui todas as famílias assentadas (Rel. 233 - SIPRA).
2	SIPRA e SIR	Considera o percentual de execução da Meta Global para todas as SRs.
3	SIATER/DEA	Inclui todos os contratos inseridos no SIATER e os contratos não inseridos no SIATER, desde que iniciados antes de 2013.
4	SIR	Indicador excluído, conforme Portaria Incra nº 49, de 6/02/2014, tendo em vista o recolhimento dos recursos realizado de acordo com a Portaria Incra nº 352, de 18/06/2013.
5	SIR	Inclui famílias beneficiadas com infraestrutura (contratação) em PA's que serão atendidos com construção de habitações, conforme novos indicadores criados no SIR.
6	SIR	Inclui vistorias preliminares (VP), de avaliação (VA), conjuntas e outras que contam para a meta. O uso de VP e VA no cálculo da meta está em análise pela DT.
7	SIR e DAH-3	Contabiliza as oportunidades de capacitação dos servidores das SR's (SIR) e da Sede (DAH-3).
8	SNCR	Número de atualizações cadastrais, conforme relatório do SNCR.
9	SIR	Inclui todos os lotes supervisionados, independente da situação de regularidade do ocupante.
10	Banco do Brasil	Representa os valores aplicados e recolhidos (R\$ 1.897.044.634,50) conforme a Portaria 352/2013, subtraindo-se os valores devolvidos.
11	Acervo Fundiário	Inclui todos os polígonos inseridos na base cartográfica do INCRA, independente do ano de realização do georreferenciamento.
12	SIAPF	Inclui os valores liquidados nos subitens água, telefone e energia elétrica comparados com igual período do exercício anterior, e corrigidos monetariamente pelo IPCA.
13	SIPRA	Contabiliza as atualizações cadastrais de CPF do titular e do cônjuge, bem como da situação do beneficiário no SIPRA (Rel. 410 do SIPRA).

* Para apuração do cumprimento da Meta Intermediária do indicador "Número de títulos expedidos de concessão e destinação de Imóveis Rurais em projetos de assentamento" está sendo aplicado o mesmo percentual de atingimento da Meta Global, conforme determinado na Portaria Incra nº 49, de 6/02/2014.

De acordo com o comparativo, percebemos a total sintonia entre a média de execução do órgão em âmbito nacional, com a execução realizada pela Superintendência Regional da Paraíba, inclusive com uma leve superioridade do índice da SR-18, conforme mostrado:

INCRA SEDE (Nacional): 76% de execução da meta

INCRA SR-18/PB: 78% de execução da meta

3. Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão

3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária

3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações

O desempenho da Superintendência Regional do Incra na Paraíba (SR-18/PB) no que diz respeito a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária em 2013, ocorreu conforme demonstrativo abaixo, cujas análises serão comentadas nos tópicos das Ações, previstas no Plano Orçamentário.

Quadro 2 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	3.698	5.935	R\$ 62.406,08	R\$ 60.697,82	R\$ 60.356,02	R\$ 60.356,02	R\$ 341,30
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	-	-					
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	0	-					
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	8	0	R\$ 3.876,80	R\$ 3.728,75	R\$ 3.728,75	R\$ 3.728,75	
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	4.321	4.322					
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	325	353	R\$ 32.262,03	R\$ 30.918,75	R\$ 23.918,75	R\$ 23.918,75	R\$ 7.000,00
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	-	-					

Quadro 3 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)			R\$ 2.117,11	- R\$ 1.117,11	R\$ 986,04
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)					
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)					
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)					
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)					
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)			R\$ 15.024,45	- R\$ 5.024,45	R\$ 8.514,01
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)					

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

3.1.2 Cartografia

Compete analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação - CRC; executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica.

Atualmente os trabalhos de certificação se inicia com a recepção do processo no Comitê, que o encaminha ao Serviço de Cadastro Rural (fiscais de cadastro e tributação rural, membros do Comitê), para verificação da situação cadastral e jurídica registral do imóvel, para após serem analisadas as peças técnicas e, se for o caso, proceder com as notificações para complementação dos dados/informações necessários ao atendimento do pedido. Os dados coletados são inseridos no *certicaweb*.

O INCRA, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, desenvolveu o Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF, uma nova ferramenta para agilizar os procedimentos de certificação dos imóveis rurais objeto de ação de georreferenciamento. Com efeito, todas as etapas da Certificação serão realizadas via internet.

A implementação desse novo sistema facilitará os procedimentos, pois os dados serão inseridos diretamente pelo técnico credenciado, gerando automaticamente as peças técnicas e certificação. Apenas nos casos de desmembramentos, remembramentos, parcelamentos e sobreposição o técnico do INCRA será notificado, via sistema, para análise e emissão de parecer, gerando assim possíveis notificações para complementações de informações ou correção de dados.

Dispõe a Superintendência de apenas dois servidores capacitados e credenciados na área de cartografia no Comitê Regional de Certificação, que também desempenham outras funções, tais como: fiscalização, vistoria, demarcação de território quilombola, resolução de questionamentos relacionados à topografia do assentamento, parcelamento, certificação dos assentamentos, dentre outras atividades, não tendo possibilidade de realizar programação para atendimento de certificação gratuita como menciona o § 3º do art. 176 e o § 3º do art. 225 da Lei no 6.015, de 1973; além deste fato, o órgão não possui disponibilidade orçamentária para pagamento de diárias para este fim.

Atualmente existe um estrangulamento no conjunto de atividades desenvolvidas pelo Comitê Regional de Certificação em conjunto com o Serviço de Cartografia, em face da necessidade de pessoal técnico qualificado para suprir a escassa mão de obra e otimizar os serviços.

Por outro lado, o SIGEF é uma ótima ferramenta, porém há necessidade de melhorar a potencialidade da internet e dos computadores, visando o desenvolvimento dos trabalhos; monitoramento das atividades de certificação e os processamentos dos dados cartográficos.

No tocante à certificação dos imóveis rurais desapropriados para implantação de Projetos de Assentamentos, temos os seguintes dados:

- Dos 301 Projetos de Assentamentos existentes no estado da Paraíba, incluindo os 33 criados pelo Estado e reconhecidos pelo INCRA, apenas 13 estão certificados e outros 18 foram georreferenciados, sem terem sido certificados por problema na documentação. Restando um total de 274 para georreferenciar em conformidade com a Lei 10.267/2001 e seus decretos regulamentadores. Destes 274 Projetos de Assentamentos, a SR, de acordo com os critérios definidos pelo INCRA Sede, estabeleceu como prioridade para a ação de Demarcação Topográfica, de responsabilidade da Divisão de Desenvolvimento, os PA's demonstrados na tabela abaixo. Só a partir da conclusão desta ação é que se torna possível iniciar os procedimentos de certificação dos imóveis sob responsabilidade do INCRA.
- No exercício de 2013 foram georreferenciados os seguintes Projetos de Assentamento:
- Angélicas II (Aparecida),
- - Nossa Senhora Aparecida (Itabaiana)
- -Pau Brasil;
- -Prato Cheio.

Neste sentido, persiste a demanda existente referente à certificação dos PA's até que haja as condições administrativas (operacionais e orçamentárias) de execução do georreferenciamento, devendo ser reprogramadas as atividades conforme quadro abaixo. Ressaltamos que o cumprimento dessas metas é impossível por meio de execução direta, devido ao reduzido corpo técnico na área de cartografia desta Superintendência – como já foi dito: apenas 2 servidores –. Dessa forma, objetiva-se a realização por meio de empresas privadas, contratadas por Licitação, conforme disponibilidade de recursos.

Proposta -Meta Física 2014

Quant.	Código Sipra	Nome Projeto	Área Medida (ha)	Nº Família	Município	Previsão de Custo*
1	PB0016000	PA CAMPART II	1883,8926	136	RIO TINTO	94.194,63
2	PB0054000	PA NOVA VIDA	906,2446	134	PITIMBU	22.656,12
3	PB0124000	PA SANTA HELENA	3302,3736	206	SAPE	165.118,68
4	PB0328000	PA MORADA NOVA	851,2688	27	SAO JOSE DA LAGOA TAPADA	42.563,44
5	PB0329000	PABSM - JOSUÉ DE CASTRO	306,2952	17	PILÕES	15.314,76
6	PB0330000	PA ANANIAS PEREIRA	1196,7158	20	CONCEIÇÃO	59.835,79
7	PB0331000	PA AROEIRA	180,7814	20	SANTA TEREZINHA	9.039,07
8	PB0332000	PA FREI DIMAS	1440,8185	30	CATOLÉ DO ROCHA	72.040,93
9	PB0333000	PA JOSÉ JOVEM	1243,9778	40	BOA VISTA	62.198,89
10	PB0334000	PA SANTA CECÍLIA	295,7125	7	CAJAZEIRAS	14.785,63
13	PB0170000	PA ANTONIO CONSELHEIRO	947,3078	120	SÃO MIGUEL DE TAIPU	14.205,00
14	PB0311000	PA JERIMUM	1007,3712	51	LASTRO	15.100,00
15	PB0269000	PABSM - ANGÉLICAS	1027,059	34	APARECIDA	15.405,00
16	PB0318000	PABSM - NOVA VIDA I	1007,05	141	APARECIDA	50.352,50
17	PB0304000	PABSM - SANTA MÔNICA I (desmemb de Sta Monica)	2250,4464	35	LAGOA	33.750,00
18	PB0283000	PABSM - VENEZA I	635,9674	27	APARECIDA	9.525,00
19	PB0298000	PABSM -CANTINHO	428,8091	38	LAGOA	6.420,00
TOTAL			19.850,2924	1132	-	717.949,36*

Proposta -Meta Física 2015

Quant.	Código Sipra	Nome Projeto	Área Medida (ha)	Nº Família	Município	Previsão de Custo*
1	PB0254000	PA 1 DE MAIO	302,862	20	MATUREIA	7.571,55
3	PB0302000	PA CRISTO REDENTOR	118,5081	5	ITAPORANGA	5.925,41

4	PB0303000	PA DOM JOSE MARIA PIRES	139,1436	23	SANTA RITA	6.957,18
5	PB0326000	PA GRAVATÁ	1055,3373	27	POCINHOS	52.766,87
6	PB0327000	PA JOSÉ JORDIVAN DA COSTA LUCENA	1357,51	32	SALGADINHO	67.875,50
7	PB0322000	PA MATA VERDE	535,1641	26	DIAMANTE	26.758,21
8	PB0268000	PA NOVA CONQUISTA	1360,1497	109	PILAR	34.003,74
9	PB0321000	PA NOVA CONQUISTA I	1279,8581	51	CONDADO	63.992,91
10	PB0312000	PA ZEQUINHA	853,9887	20	SOUSA	42.699,44
11	PB0309000	PABSM - 25 DE JULHO	360,0413	12	CASSERENGUE	18.002,07
12	PB0289000	PABSM - BOA FÉ	643,6863	16	IMACULADA /AGUA BRANCA	32.184,32
13	PB0273000	PABSM - BOA SORTE	1530,3641	20	SÃO SEBASTIAO DO UMBUZEIRO	38.259,10
14	PB0323000	PABSM - JOSE MOREIRA DA SILVA	1363,8557	20	TAPEROÁ	68.192,79
15	PB0272000	PABSM - MARIA BONITA	1504,3129	20	SÃO SEBASTIAO DO UMBUZEIRO	37.607,82
16	PB0295000	PABSM - PAULO FREIRE I	2047,9706	50	ALGODAO DE JANDAIRA	102.398,53
17	PB0293000	PABSM - POÇO VERDE	299,8736	10	CASSERENGUE	14.993,68
18	PB0317000	PABSM - XIQUE-XIQUE	1872,05	40	MONTEIRO	93.602,50
TOTAL			17.618,3397	520	-	763.474,77*

*Custos da Ação passíveis de atualização de valor de mercado

3.1.3 Territórios Quilombolas

O Serviço de Regularização de Território Quilombola tem como seu mister identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID); propor a desapropriação ou a aquisição das áreas

particulares incidentes nos territórios quilombolas; propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras.

Demonstração dos resultados alcançados:

Em janeiro 2013 foram publicadas as Portarias de Reconhecimento de duas áreas quilombolas: a da comunidade do GRILO, localizada no município de Riachão do Bacamarte, com 138,9 hectares e a da Comunidade do MATÃO, localizada no município de Mogeiro, com área de 214,00 hectares. Entre os meses de janeiro e março recepcionamos, avaliamos e efetuamos os pagamentos das parcelas finais dos contratos de 05 (cinco) Relatórios Antropológicos elaborados a partir do Edital 08/2011(SR/18) e referentes às seguintes comunidades:

Comunidade	Município de localização
BARRA DE OITIS	Diamante/PB
CONTENDAS	São Bento
IPIRANGA	Conde
PITOMBEIRA	Várzea
VACA MORTA	Diamante

Em abril de 2013 enviamos para o INCRA Sede os Conjuntos (ou Kits) Decreto de três comunidades quilombolas: GRILO, MATÃO (referidas acima) e PEDRA D'ÁGUA (132,4 hectares) localizada no município de Ingá , totalizando uma área de 485,3 hectares e aproximadamente 200 famílias. Ao longo de 2013 acompanhamos a elaboração de mais dois Relatórios Antropológicos contratados pelo INCRA Sede: os das comunidades de MUNDO NOVO, localizada o município de Areia (já concluído) e do Gurugi, localizada no município do Conde (em fase final de elaboração). Em dezembro de 2013 foram publicados os três decretos de

desapropriação das propriedades inseridas nos perímetros das comunidades do Grilo, Pedra D'Água e Matão.

3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor

No geral o controle é realizado por meio de levantamento de dados e monitoramento das atividades com periodicidade mensal. São apresentados os dados dos trabalhos realizados e monitorados para aferição de Gratificação (GDARA) recebida pelos servidores. Os dados após conferidos, são enviados ao Setor de Planejamento e Controle para inserir no Sistema de Informações Rurais – SIR, que permite fazer o acompanhamento da execução do Órgão.

No Serviço de Cartografia as atividades são realizadas conforme as demandas apresentadas pelos outros setores da Superintendência (Quilombolas, Desenvolvimento, Técnica). Os trabalhos são de campo e escritório, exigindo o deslocamento do técnico para realização dos trabalhos (demarcação de áreas, fiscalização de trabalhos de empresas contratadas, relocação e locação de marcos nas parcelas dos Projetos de Assentamentos). Portanto, as atividades são controladas por meio de relatórios, arquivos digitais do GPS e as peças técnicas que instruem os processos e são arquivadas na Cartografia.

Com referência aos trabalhos do Comitê Regional de Certificação – CRC, as atividades seguem uma rotina processual e por meio do sistema via internet, denominado “Certificaweb”. Com efeito, tanto o gestor como as partes interessadas, através do técnico credenciado no INCRA, têm acesso ao sistema para verificar o andamento dos processos.

Os trabalhos são bem transparentes e monitorados através de consulta ao sistema, podendo-se identificar empecilhos para o andamento do processo, visto que constam as informações sobre prazo para apresentação de peças técnicas, análise técnica, enfim todos os andamentos para a conclusão do processo, com a decisão de deferimento ou indeferimento do pedido.

No Serviço de Cadastro Rural, grande parte das atividades, é sistematizada e instruída por meio de Manuais e procedimentos próprios determinados pelo INCRA. As Declarações para Cadastro de Imóveis Rurais são controladas por uma numeração sequencial, iniciada a cada ano, denominado “Número de Volume”; isto é, o número de protocolo dado a cada Declaração e informado no ato do processamento no SNCR, que só é processado com a informação de um número sequencial denominado “Arquivo Literal” e com as informações do número do CPF do analista e do digitador. Dessa forma, o controle é feito todo pelo sistema, inclusive com registros de

IP do computador e geração de relatórios gerencias expedidos pelo SERPRO e consultas no próprio sistema com a senha do Gestor do SNCR.

Para outros procedimentos, é exigida a abertura de processo administrativo específico, com controle informatizado, denominado “SISPROT”, onde constam todas as tramitações dos processos. Demais atividades de rotinas administrativas são prestadas por meio de informações escritas e numeradas sequencialmente com controle por livros de protocolo.

No Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas todo o trabalho é muito complexo e realizado no sentido de juntar provas e documentos para instrução do processo administrativo, com a notificação de proprietários e demais pessoas envolvidas, elaboração de Laudo Antropológico, vistorias para elaboração de peças técnicas (planta e memorial) descritivo, reuniões com a comunidade, Ministério Público e demais entidades sociais envolvida no processo.

O controle de gestão é o acompanhamento dessas etapas processuais, que depende de prazos e respostas, a além dos incidentes, como: impugnações, contestações e outros procedimentos intervenientes.

No entanto, existe uma transparência e prestação de contas publica, uma vez que a conclusão do RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) é publicada nos Diários Oficiais da União e do Estado. Também são publicados no Diário Oficial da União as Portarias de Reconhecimento e os Decretos de Desapropriação das terras particulares inseridas no território reconhecido. Tais publicações registram a conclusão das diversas etapas dos processos de **Reconhecimento e Delimitação dos Territórios Quilombolas**.

Por fim, o acompanhamento presencial e cotidiano dos gestores, com o compartilhamento de informações e atuação na cobrança direta das ações são fatores preponderantes e motivadores da equipe para o cumprimento das atividades e metas.

3.1.5 Indicadores

As **Ações de Ordenamento da Estrutura Fundiária** têm como objetivos aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.

O **Cadastro Rural** executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento (UMC) e sua integração ao SNCR; propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo.

O Índice de Cadastramento de Imóveis rurais estão descritos no quadro abaixo:

Índices - Quadro Resumo das Atividades e Resultados		
Descrição da Atividade	Meta Prevista	Resultados Alcançados
Celebração de Acordos de Cooperação Técnica para funcionamento de Unidade Municipal de Cadastramento - UMC	18	27
Capacitação de funcionários municipais responsáveis pelas Unidades Municipais de Cadastramentos - UMC	18	25
Emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR	-	22.073
Atualizações Cadastrais de	3.698	5.935

Imóveis Rurais no SNCR		
Correção de inconsistências no sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, de dados informações de pessoas sobre a nacionalidade (estrangeiro ou não)	111	113

No exercício de 2013 foram celebrados 27 (vinte e sete) Acordos de Cooperação Técnica – ACT com Prefeituras Municipais, que manifestaram interesse em manter ou implantar a Unidade Municipal de Cadastramento - UMC, somando-se aos 91 (setenta e nove) em vigor, chega-se a um total de 118 (cento e dezoito) vigentes com as Prefeituras paraibanas, correspondendo a aproximadamente 52,51% dos municípios do Estado.

A partir da celebração desses Acordos é possível promover a qualificação, por meio da capacitação dos funcionários representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC. Nesse sentido, a Superintendência Regional, no exercício de 2013, por meio do Serviço de Cadastro Rural, realizou capacitação para 25 (vinte e cinco) funcionários responsáveis por Unidade Municipal de Cadastramento - UMC, sobre preenchimento, distribuição, recepção; bem como, de análise e digitação das Declarações para Cadastro de Imóveis Rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, para as propriedades rurais com áreas de tamanho até 4 módulos fiscais.

Estas atividades são imprescindíveis e tem um impacto direto na melhora da qualificação dos dados e informações cadastrais, dando agilidade na inclusão/atualização destes no SNCR. Observe-se que os instrutores são os próprios servidores do quadro da Superintendência responsáveis pelas atividades de atualizações cadastrais.

Os resultados práticos das atividades do Serviço de Cadastro Rural podem ser visto pela emissão no exercício de 2013 de 22.073 (vinte e dois mil e setenta e três) Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR e a atualização cadastral de 5.935 (cinco mil novecentos e trinta cinco) imóveis rurais no SNCR, objeto de ações de compra e venda, desmembramento, remembramento, usucapião, partilha judicial, herança e outros procedimentos que necessitam da atualização cadastral no INCRA.

Detalhamento das Atividades de capacitação dos representantes das UMC:

Nº Ordem	Unidades Municipais de Cadastramento – UMC	Ações Desenvolvidas em 2013
01	Poço José de Moura	Treinamento SNCR, Módulo I – Recepção e Consulta.
02	Ingá	Treinamento SNCR, Módulo I – Recepção e Consulta.
03	Sapé	Treinamento SNCR, Módulo I – Recepção e Consulta.
04	São João do Cariri	Treinamento SNCR, Módulo I – Recepção e Consulta.
05	Itatuba	Treinamento SNCR, Módulo I – Recepção e Consulta.
06	Montadas	Treinamento SNCR, Módulo I – Recepção e Consulta.
07	Piancó	Treinamento SNCR, Módulo I – Recepção e Consulta.
08	Areia	Treinamento SNCR, Módulo I – Recepção e Consulta.
09	Remígio	Treinamento SNCR, Módulo I – Recepção e Consulta.
10	São Bento	Treinamento SNCR, Módulo I – Recepção e Consulta.
11	São José do Brejo do Cruz	Treinamento SNCR, Módulo I – Recepção e Consulta.
12	Camalaú	Treinamento SNCR, Módulo I – Recepção e Consulta.
13	Cacimba de Areia	Treinamento SNCR, Módulo I – Recepção e Consulta.
14	Condado	Treinamento SNCR, Módulo I – Recepção e Consulta.
15	Malta	Treinamento SNCR, Módulo I – Recepção e Consulta.

16	Mãe D'Água	Treinamento SNCR, Módulo I – Recepção e Consulta.
17	Livramento	Treinamento SNCR, Módulo I – Recepção e Consulta.
18	Quixaba	Treinamento SNCR, Módulo I – Recepção e Consulta.
19	Desterro	Treinamento SNCR, Módulo I – Recepção e Consulta.
20	Olho D'Água	Treinamento SNCR, Módulo I – Recepção e Consulta.
21	Santa Terezinha	Treinamento SNCR, Módulo I – Recepção e Consulta.
22	Itaporanga	Treinamento SNCR, Módulo II – Análise e Comandos.
23	Soledade	Treinamento SNCR, Módulo II – Análise e Comandos.
24	Lagoa Seca	Treinamento SNCR, Módulo II – Análise e Comandos.
25	Araruna	Treinamento SNCR, Módulo II – Análise e Comandos.

A atividade de Fiscalização engloba o controle da aquisição de terras por estrangeiros; a elaboração dos extratos de cadeias sucessórias de domínio de imóveis rurais, para serem utilizadas em instrução de processo administrativo de desapropriação e regularização de território remanescente de quilombo; participação nas vistorias técnicas para aferição do cumprimento da função social da propriedade rural e classificação do imóvel rural com base no Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE; subsidiar a Comissão de Vistoria e a Procuradoria nas contestações e impugnações aos Laudos Agronômicos de Fiscalização, das vistorias realizadas; análise das Declarações para Cadastro de Imóveis Rurais passíveis de georreferenciamento e certificação pelo INCRA; análises dos processos administrativos de certificação; abertura e análise dos processos administrativos de fiscalização cadastral; visitas e diligências nos Serviços Registrais de Imóveis, visando repassar as orientações quanto ao cumprimento da Lei nº 5.709/1971, regulamentada pelo Decreto nº 74.964/1974 e a Lei

10.267/2001 e seus decretos regulamentadores, relativamente ao Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, Georreferenciamento com a Certificação do INCRA, desmembramento de imóveis rurais.

Destaque também para correção de 113 (cento e treze) dados cadastrais de imóveis rurais no SNCR, referente a informações das pessoas relacionadas sem o indicativo da nacionalidade e descritas erroneamente como estrangeiras, quando da migração dos dados para atual versão *web* do SNCR.

Outras atividades Desenvolvidas:

- Atendimento a proprietários, técnicos e Oficiais de Registro de Imóveis para esclarecimento sobre as pendências cadastrais e no exame da certidão imobiliária referente ao processo de certificação;
- Análise e parecer em processos administrativos referentes ao desmembramento de imóvel rural
para outros fins, com base no Decreto nº 62.504/1968;
- Análise de pedidos de cancelamento de imóveis cadastrados que perderam a característica de imóvel rural;
- Resposta a consultas cadastral para instruir processos de execução fiscal promovidos pela Fazenda Nacional, AGU, CEF e outras instituições públicas;
- Prestar informações ao Poder Judiciário;
- Expedição de Declaração para fins de comprovação junto ao INSS em processos de aposentadoria rural.

O **Índice de Certificação de Imóveis Rurais** no estado da Paraíba são de 429 processos protocolados, dos quais 81 foram no exercício de 2013, demonstrando um acréscimo de processo ano a ano.

No tocante ao passivo existente nesta superintendência, temos que:

- No exercício anterior 2012 ficou um passivo de 85 processos, dos quais 82 foram certificados em 2013;

- No exercício de 2013 ficou um passivo de 31 processos. Sendo 3 do exercício de 2012 e 28 do exercício de 2013. Todos já foram analisados, porém, não certificamos devido à demora dos responsáveis técnicos em responder os questionamentos.

Durante o exercício de 2013 foram analisamos 166 processos, dos quais:

- 135 foram certificados e 28 permanecem em análise à espera das correções dos responsáveis técnicos. Dos 135 imóveis certificados, 46 são provenientes de regularização fundiária promovido pelo Estado, através do INTERPA; 13 são de Projetos de Assentamentos do INCRA e 76 são de iniciativa dos proprietários.

Acreditamos que o rendimento desta Superintendência pode ser considerado ótimo, visto o reduzido quadro técnico, com responsabilidade também de responder pelo Serviço de Cartografia.

A **Regularização Fundiária** compete realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/Incra, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; elaborar o Plano Ecológico Econômico (PEE); analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira.

O **Índice de Regularização Fundiária** foi de 4.321,6000 hectares, objeto da Concessão de Direito Real de Uso ao Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio, conforme dispõe a Portaria Conjunta Incra/ICMBio/nº 04, de 25 de março de 2010, referente a área da Unidade de Conservação, denominada “Reserva Biológica Guaribas”, para fins de identificação de eventual área sobreposição à Glebas Públicas Federais sob a administração do INCRA/União, que foi objeto de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU.

Ressalte-se que o processo administrativo foi aberto diretamente pela Diretoria de Ordenamento Fundiário - DF, com tramitação pela Coordenação-Geral de Regularização Fundiária

(DFR), em Brasília/DF, tendo esta Superintendência Regional prestado apoio para realização do diagnóstico da área objeto da Reserva Biológica Guaribas.

Finalmente destacamos que os procedimentos de discriminação e regularização fundiária no âmbito desta Superintendência são de competência estadual, salvo alguma ação pontual, como relada acima, visto não ter sido identificada outra área pública federal ou devoluta da União para este fim, salvo a celebração de Convênio com o Estado para liberação de recursos federais, com a execução direta dessas ações a cargo do Estado, sob a fiscalização do INCRA.

Observe-se que as terras devolutas federais estão localizadas nas regiões Norte, Centro-Oeste e alguns estados do Nordeste, como exemplo: os Estados da Bahia e do Maranhão.

Quadro 4 - Indicadores do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.	
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. Fonte: Certificaweb	
				Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. Fonte: Certificaweb	
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	
				Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	

Não se aplica a SR-18/PB.

3.1.6 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste

Na Superintendência Regional da Paraíba não temos terras que se enquadrem na descrição do item.

3.1.7 Para Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal

A Superintendência Regional da Paraíba não se enquadra na descrição do item.

3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento
3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 5 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	15.000	9.563	R\$ 174.889,93	R\$ 168.805,01	R\$ 163.539,82	R\$ 153.252,00	R\$ 5.265,19
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	430	474	R\$ 18.500,00	R\$ 16.051,29	R\$ 16.051,29	R\$ 16.051,29	
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	-	-	R\$ 1.590.257,27	R\$ 1.351.081,61	R\$ 537.588,25	R\$ 141,25	R\$ 1.350.940,36
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	-	-					
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	1	10	R\$ 5.000,00	R\$ 4.969,00	R\$ 4.969,00	R\$ 4.577,36	R\$ 391,64
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	8	8	R\$ 37.668,28	R\$ 27.356,00	R\$ 27.356,00	R\$ 27.356,00	

*Quadro 6 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução de Restos a Pagar**

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física** (RAP)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)			R\$ 5.319,39		R\$ 5.319,39	
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)			R\$ 6.178,81		R\$ 6.082,82	R\$ 95,99
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)			R\$ 91,70		R\$ 40,83	R\$ 50,87
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)						
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)			R\$ 446.026,99		R\$ 104.877,71	R\$ 341.149,28
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)			R\$ 48.420,95	- R\$ 7.281,85	R\$ 11.513,05	R\$ 29.626,05

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

Esta ação tem como princípio a verificação da função social da propriedade da terra e, neste exercício, foi severamente influenciada pela ação danosa da intempérie climática – a seca, tendo sido drasticamente diminuída em função deste fenômeno. O período de seca vivido pela Região Nordeste e em particular o Estado da Paraíba foi o causador de grandes perdas agrícolas e a morte de grande parte do plantel bovino do nosso Estado, fazendo com que o Governo do Estado decretasse como de situação de emergência a quase totalidade dos municípios paraibanos.

Esta iniciativa tornou impeditiva ao INCRA qualquer ação que visasse a promover vistorias para coleta de informações e aferição dos índices de produtividade, pois, em tese, todas dariam como resultado, a improdutividade dos imóveis rurais vistoriados.

Além deste aspecto, tivemos ainda a interferência causada pelo fluxo processual de obtenção - ainda em fase de adaptação – impactando de certa forma no resultado da ação.

Por este motivo foi definido como prioridade para a ação, a elaboração de vistorias de avaliação naqueles imóveis onde já havíamos feito vistorias preliminares, alguns deles já com decreto presidencial de desapropriação. Desta forma foram realizados os procedimentos administrativos para as vistorias de avaliação em atendimento ao que dispõe a RESOLUÇÃO/INCRA/CD/Nº 05 de 29/03/2012 e as Portarias/MDA nºs 05, 06 e 07 de 31/01/2013:

Assim, foram implementadas as vistorias de avaliação nos imóveis rurais de acordo com o quadro abaixo, totalizando uma área de 10.282,6132 ha.

NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA	FAMÍLIAS
Fazenda Estrela	Alcantil	718,9158	15
Fazenda Arara e Roncadeira	São João do Tigre	1.078,0570	16
Fazenda Jacaré	Cabaceiras	1.819,8672	15
Fazenda Uirapuru	Solânea	216,3624	15
Fazenda Macacos	Sousa	1.353,6808	40
Sítio Capeba	Esperança	600,0000	15

Fazenda Boa Vista e Pedra Lavrada	Catingueira	4.495,7300	57
TOTAL		10282,6132	173

Em resumo, no que diz respeito à ação 211.A – Vistoria e Avaliação para obtenção de imóveis rurais no exercício de 2013, a Superintendência Regional da Paraíba tinha inicialmente uma proposta de meta de 15.000 ha a serem vistoriados. Entretanto, pelos motivos acima já delineados esta proposta precisou de ajustes e da necessidade da repactuação da meta determinada, em função das dificuldades apresentadas para o seu cumprimento.

Mesmo não cumprindo com a meta física da ação, entendemos o resultado como positivo e compreensível em função dos elementos aqui já relatados, observando-se que a ação também engloba os dados de despesas para realização de pesquisas de preços para atualização da Planilha de Preço Referencial – PPR bem com as despesas para acompanhamento dos processos na Justiça pela Procuradoria Regional Especializada.

Para a ação 211.A – Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiadas do Programa Nacional de Reforma Agrária, a meta estipulada para a Superintendência Regional da Paraíba – SR-18/PB foi de 430 famílias a serem assentadas. O resultado final do exercício indica que obtivemos o cumprimento da mesma ao atingirmos 105,33%, o que representa um número total de 474 famílias assentadas.

Deste total, 80 (oitenta) famílias foram assentadas em novas áreas adquiridas de forma onerosa a partir da aquisição dos imóveis - Fazenda Floresta, Fazenda Linda Flor e Fazenda Quirino/Olindina/Caiçara – na forma do quadro abaixo e o restante das famílias, 394 (trezentos e noventa e quatro) foram assentadas em vagas surgidas nos Projetos de Assentamento já existentes ocasionadas por desistência, abandono, falecimentos e alteração na força de trabalho, fruto da ação de fiscalização dos lotes ocupados.

NOME DO IMÓVEL	PROJETO CRIADO	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS
Fazenda Floresta	PA Floresta	Sousa	13
Fazenda Linda Flor	PA Padre João Maria Cauchi	Mogéiro	37
Faz Quirino, Olindina e Caiçara	PA Novo Horizonte	Juarez Távora e Ingá	30

A ação 211.B – Pagamento de Indenização Inicial na aquisições de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária diz respeito aos valores destinados ao pagamento das benfeitorias, que nesse

exercício totalizou o montante provisionado de R\$1.590.257,27 (um milhão quinhentos e noventa mil duzentos e cinquenta e sete reais e vinte e sete centavos). Desse valor foram empenhados R\$1.351.081,61 (um milhão trezentos e cinquenta e um mil oitenta e um reais e sessenta e um reais) na perspectiva de pagamento de imóveis rurais com decreto em vigor, tal como a “Fazenda São Bento” que estava com o decreto prestes a se vencer.

Entretanto em função da liberação destes recursos só ter se confirmado no final do ano, e de forma orçamentária, não foi possível a efetivação do devido pagamento. Nesse sentido apenas o valor de R\$51,46 que diz respeito a atualização de sobras de TDA referente a imóveis anteriormente adquiridos foi possível ser concretizado.

Quanto aos dados referentes ao licenciamento ambiental temos que em 2013 havia 89 Licenças Ambientais em vigor no setor de meio ambiente da SR-18. Destas, 81(oitenta e uma) se referem à Licença Prévia (LP) e 08 (oito) tratam-se de Licença de Instalação e Operação (LIO).

Neste exercício foram protocoladas 09 (nove) licenças ambientais junto ao Órgão Ambiental, sendo 07 (sete) LPs e 02 (duas) LIOs. No entanto, foram expedidas pelo órgão ambiental, 17 (dezessete) licenças, sendo, 13(treze) LPs e 04 (quatro) LIOs.

Considerando que a meta estabelecida para o exercício 2013 foi de 08 (oito) Licenças protocoladas, a SR-18 superou essa meta em 12,5%.

Desta forma, o índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamentos da SR-18 foi de 53%. Já o índice de projetos de assentamentos com licença ambientais em vigor foi de 27%.

Informamos ainda que todas as licenças foram protocoladas até o mês de maio de 2013, já que estávamos aguardando a publicação da Resolução Conama 458/2013 que entrou em vigor em 17/07/2013.

Outra atividade desenvolvida pela Divisão de Obtenção de Terras diz respeito a distribuição de cestas de alimentos para atendimento às famílias de trabalhadores rurais sem terra que vivem em risco alimentar e que encontram-se acampadas em vários municípios paraibanos. Esta distribuição é viabilizada através do convênio INCRA/MDS/MDA/CONAB.

Durante o ano de 2013, sob a coordenação da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de PA's, a Superintendência Regional do INCRA na Paraíba – SR-18/PB distribuiu

340.012 kg de alimentos a mais de 3.552 famílias acampadas nos 86 acampamentos existentes no Estado da Paraíba, na forma da tabela abaixo:

Município	Nome do Acampamento	Nº de Famílias
Coremas	05 de março	49
Conceição	Acampamento da Virgem	20
Patos	Ana Patricia	153
Sapé	Antas	11
Logradouro	Antonio Joaquim	7
Sapé	Antônio Joaquim	30
Boqueirão	Arapuá	9
Santa Helena	Areia	24
Cajazeiras	Boa Conquista	15
Barra de Santa Rosa	Boa Esperança	30
Juripiranga	Boa Esperança	31
Itabaiana	Bom Sossego	50
Pombal	Caiçara	38
Esperança	Capeba	9
Remígio	Carlos Lamarca	20
São Domingos	Carlos Marighella	30
São Jose da Lagoa Tapada	Catingueira	63
Serraria	Celso Furtado	30
Diamante	Dede Martilo	68
Ibiara	Dona Judite	35
São José do Bonfim	Eldorado dos Carajás	40
Solanea	Elyvi	18
Sousa	Emiliano Zapata	200
Alagoa Grande	Engenho do Meio	17

Assunção	Estaca Zero	121
Aparecida	Floresta	18
Olho D'água	Geraldo Pereira	70
Curral de Cima	Hadassa	5
Rio Tinto	Ilha Aritingui	26
Catingueira	Inácio da Catingueira	110
Cabaceiras	Jacaré	15
Lagoa	Jatobá	46
Sousa	Jatobá	14
Santana de Mangueira	Joaquim Teotonio	50
Tacima	José Monteiro	16
Casserengue	Josefa Miranda	60
Pilões	Josué de Castro	10
Sousa	Macacos	36
Soledade	Mangueiral	60
Bonito de Santa Fé	Maria Bonita	48
Pitimbu	Marinas	20
São José da Lagoa Tapada	Mirante	53
Campina Grande	Monte Alegre	25
Pedras de Fogo	Boa Esperança	30
Santana dos Garrotes	Nova Santana	28
Cajazeiras	Novo Horizonte	32
Taperoá	Novo Horizonte	50
Piancó	Novo Piancó	35
Bananeiras	Olga Benário	10
Caaporã	Ouro Verde	44
Santa Teresinha	PA Aroeira	19
Catolé do Rocha	PA Frei Dimas	30

Boa Vista	PA Jose Jovem	40
Taperoá	PA José Moreira	20
São José da Lagoa Tapada	PA Morada Nova	27
Condado	PA Nova Conquista I	15
Juarez Távora	PA Novo Horizonte	30
Mogei	PA Padre João Maria	37
Cajazeiras	PA Santa Cecilia	12
Emas	Paz e Amor	60
Juazeirinho	Paz e União	40
Bonsucesso	Pedra Branca	19
Uiraúna	Penha	50
Mari	Pequena Vanessa	16
São José da Lagoa Tapada	Poço dos Cavalos	35
Barra de São Miguel	Poço/Santana	30
João Pessoa	Ponta de Gramame	21
Campina Grande	Projeto Agua/Vitoria	93
Princesa Isabel	Quilombo Livramento	26
Prata	Quitéria do Angico	30
Caaporã	Retirada	40
Teixeira	Riacho Verde	25
Casserengue	Rosa Luxemburgo	22
Lagoa	Sabiá	63
Mogei	Salgadinho	29
Aparecida	Santa Clara	22
Jericó	São Francisco	100
São Domingos	São Lourenço	30
Taperoá	Serra	50
Santa Cruz	Serra Comissário	14
Algodão de Jandaira	Serra Preta	8

Alagoa Grande	Usina Tanques	122
Aparecida	Verdes	40
Sousa	Verdes I	90
Caaporã	Wanderlei Caixe	200
Solânea	Zé Luciano	18
T O T A L	86	3552

3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

Como estratégia local para prospecção de terras públicas e privadas para utilização no PNRA regional, utilizamos, via de regra, os dados obtidos a partir das informações do próprio Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, consubstanciadas no Diagnostico Regional, nas pesquisas de ofertas de imóveis, além de demandas apresentadas pelos movimentos sociais.

As alternativas acima citadas resultam, em tese, em pesquisas cartorárias para qualificação das informações e daí, na abertura de processos administrativos para entre outras atividades, aferição dos índices de produtividade dos imóveis.

O resultado obtido nas atividades de vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de reforma agrária pode ser analisado, a principio, como produtivo já que a SR-18 não teve as condições ideais vislumbradas no seu planejamento, e por este motivo a sua ação foi de certa forma bloqueada em função dos aspectos climáticos expressados pelo longo período de seca que assolou e ainda perdura por todo nosso Estado até os dias de hoje. Nesta linha, qualquer vistoria feita em um determinado imóvel certamente traria como resultado, a improdutividade do mesmo, já que o imóvel fora severamente castigado pela intempérie climática impossibilitando seus proprietários a torná-los produtivos. Daí nos restou apenas, a possibilidade de realização dos procedimentos de vistorias de avaliação, anteriormente já destacadas.

Para o próximo exercício, ainda não será possível a solução plena desta situação, pois só a partir de um ano após tornado sem efeito o decreto de situação de emergência, que ainda está em vigor, é que poderemos vistoriar as áreas atualmente na condição emergencial.

O quadro da situação fundiária associada à presença ou não de acampamentos de trabalhadores rurais sem terra nos é mostrado pelo Diagnostico Regional. Portanto, entendemos que a atuação estratégica de obtenção de terras se apresenta de forma regionalizada tendo em vista que é

a demanda dos movimentos sociais representada pelos acampamentos que também nos impulsiona na árdua tarefa de obtenção de terras para o assentamento dessas famílias.

Em sua grande maioria a aquisição de imóveis se dá pela modalidade desapropriação-sanção, a partir da constatação de improdutividade dos imóveis.

Neste contexto, para o exercício em discussão, tivemos a liberação do orçamento para o pagamento de apenas 03 imóveis rurais: Fazenda São Bento, localizado no Município de Barra de Santa Rosa; Usina Tanques/Capoeiro, localizado no Município de Alagoa Grande e a Fazenda Arara/Roncadeira, localizado no Município de São João do Tigre, apresentando os valores/custos médios abaixo delineados:

IMÓVEL	MUNICÍPIO	VALOR DOS TDA	VALOR BENFEITORIAS + SOBRA DE T D A
Fazenda São Bento	Barra de Santa Rosa	92.809,44	537.410,46
Fazenda Arara/Roncadeira	São João do Tigre	361.345,76	264.808,64
Usina Tanques/Capoeiro	Alagoa3 Grande	2.030.234,18	362.826,66
TOTAIS PAGOS		2.484.389,38	1.165.045,76
CUSTOS MEDIOS		828.129,79	388.348,58

3.2.3 Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente

A atuação da Superintendência no que diz respeito ao desconto referente às área de reserva legal e de preservação permanente utilizadas no cultivo de alguma cultura ou mesmo com uso pela pecuária, se dá no momento da vistoria de avaliação pelo Perito Federal Agrario responsável pelo trabalho. Desta forma usa-se a própria planilha de homogeneização dos dados coletados para efetuarmos o desconto do valor calculado por técnico da área florestal para reposição da cobertura vegetal característica do Bioma.

No presente exercício, observamos que os imóveis adquiridos através de desapropriação apresentaram algum tipo de agressão ambiental verificada em suas áreas de reserva legal e/ou de preservação permanente. Nesse sentido, tiveram os valores referentes à recuperação dessas áreas, descontados já quando da elaboração da planilha de homogeneização a título de recomposição ambiental. Assim estes recursos deixaram de ser pagos aos proprietários dos seguintes imóveis:

NOME DO IMÓVEL	VALORES DESCONTADOS (R\$)
Fazenda Arara e Roncadeira	6.028,96
Fazenda São Bento	37.137,28
Usina Tanques	112.856,58

3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados

No mês de fevereiro do corrente ano, após reunião realizada com o Tribunal de Contas da União – TCU foi elaborado pela Direção da Autarquia um plano de ação para contabilização dos imóveis, envolvendo todas as modalidades de aquisição, onerosas ou não. Este tema, dada à complexidade, vem sendo tratado diretamente pela Sede do INCRA e com anuência do TCU, uma vez que as Superintendências Regionais, como é o caso da Paraíba, dependem das informações e orientações que são produzidas por inúmeros atores (Diretoria de Desenvolvimento, Diretoria de Obtenção, Diretoria de Gestão Administrativa e Procuradoria Federal Especializada), os quais, conforme consta do plano de ação abaixo, definiram o seguinte cronograma de atividades:

PLANO DE AÇÃO

A – Ofício 0001/2014-TCU/SecexAmbiental, de 8/1/2014 – Processo TC 016.574/2013-3

Deliberação - ACÓRDÃO 557/2004-TCU-Plenário (Processo: 005.888/2003-0)	Ação a ser implementada	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
9.2.6. adote, para fins de aplicação do Princípio da Oportunidade, previsto no art. 6º da Resolução CFC nº 750, de 29/12/1993, e dos arts. 83, 87, 94 e 107 da Lei nº 4.320/64, as medidas cabíveis para a inclusão dos imóveis desapropriados em seu Balanço Patrimonial, considerando que: 9.2.6.1 os imóveis desapropriados que ainda lhe pertencem devem ser registrados em contas específicas do ativo real, que discriminem a natureza desses imóveis (gleba, galpão, etc.); 9.2.6.2. os imóveis já transferidos aos assentados, que podem reverter ao seu domínio, em decorrência de cláusulas contratuais de reversão, devem ser registrados em contas específicas do ativo compensado, com indicação dos beneficiários; 9.2.6.3. os investimentos e inversões financeiras nos imóveis destinados à reforma	Registro dos imóveis adquiridos por Compra e Venda – Dec. 433/92 Total de imóveis: 518	03/mar/2014 a 31/dez/2015	DT/DD /DA
	Registro dos imóveis adquiridos através do instituto da Desapropriação e que estão registrados em nome do INCRA Total de imóveis: 5.464 sendo que destes 2.042 estão registrados em nome do INCRA.	03/mai/2014 a 31/dez/2017	DT/DD /DA/PFE

agrária devem ser registrados nas contas dos respectivos imóveis;	Registro das Terras Públicas: Doação, Adjudicação, Arrecadação, Cessão Gratuita, Confisco, Dação, Discriminação, Obtenção/SPU, Escritura Pública de Doação, Incorporação, Reconhecimento, Reversão de Domínio, Transferência, Vazio e Outros Total de imóveis: 2.478	03/mai/2014 a 31/dez/2018	DT/DD /DA
---	--	----------------------------------	------------------

COMENTÁRIOS DO GESTOR:

No exercício de 2011 foi criado Grupo de Trabalho para realização de estudo sobre fluxo de movimentação de processo referente aquisição de imóvel afeto a cada Diretoria, desde a desapropriação até a titulação. A partir desse estudo foi elaborado um fluxo simplificado de andamento processual e sua repercussão contábil.

Em seguida, foi realizado um estudo por esta Diretoria junto à Secretaria do Tesouro Nacional quanto à criação/alteração de contas e eventos contábeis. Desse estudo, resultou-se na criação de contas contábeis para o registro no ativo imobilizado desta Autarquia de imóveis adquiridos para fins de reforma agrária. A partir do exercício de 2011, passando-se a registrar a conta 1.4.2.1.1.22.64 – Imóveis a Registrar destinados à Reforma Agrária.

Temos ainda que mediante TC021.222/2010-0, referente prestação de contas desta Autarquia correspondente ao exercício de 2009, o Tribunal de Contas da União informa no item 4.26 “... *apesar de os registros não terem sido efetivados, consideram-se suficientes as providências tomadas pela DA*”.

Resta ainda a esta Autarquia a “*Demonstração de cronograma de registro dos imóveis desapropriados no âmbito do INCRA em contas contábeis pertinentes*”, conforme item 7.5, Decisão Normativa – TCU 127/2013 - Dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos dirigentes máximos devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2013, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010.

Neste sentido, avaliamos a necessidade de escalarmos nossa atividades por forma de obtenção dos imóveis, visto que os mesmos, pela sua natureza, podem estar com a situação dominial totalmente resolvida ou não. Desta forma iniciaremos os registros dos 518 imóveis, conforme cronograma, que foram incorporados ao Patrimônio da Autarquia pela ação de “compra e venda” baseada no Decreto 433, de 1992, visto que nestes casos a transação dominial (matrícula e registro em nome do Incra) é pressuposto para finalização da negociação. Posteriormente, atuaremos nos imóveis obtidos por meio de desapropriação por interesse social, amparados pelo escopo legal da Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Por esta via a Autarquia já possui a imissão na posse de 5.464 imóveis, porém nestes casos, a transação dominial não é pressuposto, pois a Lei concede ao proprietário desapropriado a possibilidade de vários questionamentos judiciais (mais comuns são preço da terra e produtividade), sendo necessário a solução judicial da lide, na grande maioria dos casos, para que haja transação dominial do imóvel. Diante deste fato priorizaremos os imóveis cujo procedimento já foi completamente concluído no âmbito do judiciário que soma pelo menos 2.042 imóveis, estas informações ainda estão em fase de depuração por parte da Procuradoria Federal Especializada do Incra. Por fim, incluiremos os imóveis incorporados por meio de arrecadação de terras públicas, doações, etc. Destacamos que no âmbito da Amazônia Legal, por força da Lei 11.952 de 2009, a gestão das terras está sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, desta forma precisaremos avançar em procedimentos comuns naquela região, principalmente considerando que há registros de imóveis em nome da Autarquia e em nome da União.

Nos casos de compra e venda e desapropriação registraremos os valores de aquisição dos respectivos imóveis, composto por terra nua e benfeitorias, conforme empenhos, liquidações e lançamentos de Títulos da Dívida Agrária constantes no Sistema de Administração Financeira - SIAFI. No caso de arrecadação por terras públicas, e as demais incorporações que não exigiram despesa orçamentária e financeira da Autarquia será registrado o valor referente ao utilizado pelo INCRA para Alienação de Terras Públicas.

Com relação à demanda do TCU 9.2.6.3 - os investimentos e inversões financeiras nos imóveis destinados à reforma agrária devem ser registrados nas contas dos respectivos imóveis;

Entendemos, a priori, que em relação “as inversões financeiras” (créditos) as mesmas não devem se vincular a um determinado imóvel, haja vista, que a valoração para posterior alienação do imóvel (titulação das famílias) não considera tais concessões e que as mesmas estão sendo tratadas e individualizadas para os procedimentos de remissão, liquidação e individualização previstos na MP 636 de 2013. Da mesma maneira, os investimentos em infraestrutura, que muitas vezes não se destinam somente a um determinado imóvel ou posterior parcela e são, conforme art. 18 da Lei 8.629 de 1993 §6º “considerados não reembolsáveis os valores relativos às obras de infra-estrutura de interesse coletivo, aos custos despendidos com o plano de desenvolvimento do assentamento e aos serviços de medição e demarcação topográficos.”

3.2.5 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária

O número de famílias acampadas no Estado da Paraíba em 2013 ficou em torno de 3.000. Entretanto, com a criação de novos acampamentos, este número elevou-se para próximo de 5.000 famílias acampadas, o que já demonstra de frente a dificuldade que teremos para o atendimento em curto e médio prazo tendo em vista a realidade climática e fundiária reinante no Estado da Paraíba.

A dificuldade de obtenção onerosa de novas áreas, em função da impossibilidade de realização de vistorias para desapropriação-sanção nos forçará a buscarmos alternativas de obtenção de terras. Nesse sentido deveremos trabalhar com a compra e venda instituída pelo decreto 433 bem como de pesquisas junto à Superintendência do Patrimônio da União e outros órgãos da esfera federal na perspectiva de cessão de alguma área para criação de projetos de assentamento. Fora disso, usaremos os imóveis que já passaram por avaliações e estão à espera do pagamento das benfeitorias e lançamento dos Títulos da Dívida Agrária, objeto do orçamento referente ao exercício de 2014.

No que diz respeito ao assentamento de famílias no exercício de 2013, consideramos que o resultado desta ação foi bastante positivo quantitativamente falando, haja vista que a meta estipulada foi atingida em 111%, já que 450 foi o planejado e 487 o executado. Muito em função das substituições efetuadas a partir da exclusão de beneficiários por abandono, desistências e também por estarem fora do perfil desejado para a reforma agrária.

3.2.6 Principais atividades de controle do Gestor

O controle da execução das atividades é realizado de forma contínua e permanente com relatórios mensais de monitoramento remetidos para o setor de Planejamento e Controle responsável pelo preenchimento do Sistema de Informações Rurais – SIR, que visa o acompanhamento mensal visando sempre o alcance das metas tanto pelo INCRA Sede quanto pelas Superintendências Regionais, inclusive com reflexo no vencimento dos funcionários da autarquia para cálculo da gratificação GDARA.

3.2.7 Indicadores

Quadro 7 - Indicadores do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Reais/hectare	{ valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação.	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – Pagamento de TDA. Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Áreas com pagamento de TDA – Fonte DT -	1.351.081,61 /3.028,5572 =446,11
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	53%
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	27%

3.2.8 Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (Exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal)

Não se aplica a Superintendência do INCRA na Paraíba.

3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Inseridas no contexto das Políticas Sociais do Governo Federal, os Programas de Governo: 2012 – Agricultura familiar e 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura, norteiam as ações de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos do INCRA através dos Objetivos e Metas Nacionais apresentados segundo quadros demonstrativos do PPA 2012-2015 a seguir:

2012 - Agricultura Familiar – R\$ 93,7 bilhões			
Exemplos de indicadores	Denominação e Unidade de Medida		Índice
	Rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar - (R\$)		2009
	Razão da produtividade da agricultura familiar em relação à não familiar - (R\$/ha)		2006
	Disponibilização de recursos pelo Plano Safra da Agricultura Familiar - (R\$ bilhão)		2011
			337,07
			1,89
			16,00
Exemplos de Objetivos		Exemplos de Metas	
0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços. (MDA);		Contratação de serviços de ATER com monitoramento e avaliação para 750.000 agricultores familiares que acessam o microcrédito;	
0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais. (MDA);		Prestar serviços de ATER para 1,5 milhões de famílias de agricultores familiares, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 30% de mulheres rurais;	
0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis. (MDA);		Inserir 25.000 famílias da agricultura familiar nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis;	
0760 - Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação. (MDA).		Implantar compra mínima de 30% do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) diretamente da agricultura familiar em 100% do território nacional, com 60% das capitais comprando conforme o artigo 14 da Lei 11.947/09 de agricultores familiares do próprio estado;	
		Garantir o atendimento de 500.000 famílias com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento a sistemas de produção de base ecológica e orgânica, com a participação de pelo menos 30% de mulheres rurais;	
		Expandir a concessão de crédito de custeio agrícola para 750 mil famílias da agricultura familiar;	
		Garantir condições de acesso ao crédito do PRONAF para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo.	

Fonte: PPA 2012-2015 (PPA de Bolso) – pág.13. Sítio da Secretaria Geral do Governo Federal
http://www.secretariageral.gov.br/art_social/forumppa/materiais-de-apoio/PPA_de_Bolso.pdf

2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária - R\$ 11,0 bilhões			
Exemplos de indicadores	Denominação e Unidade de Medida		Data
	Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor - (%)		2010
	Índice de Provimento de Assistência Técnica aos Assentamentos de Reforma Agrária - (%)		2010
	Índice de Fiscalização da Função Social da Propriedade - (%)		2010
Exemplos de Objetivos		Exemplos de Metas	
0418 - Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamentofundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do INCRA, realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública. (MDA);		Emitir 2 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR);	
0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural. (MDA);		Emissão de certidão de certificação de 100 milhões de ha;	
0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural. (MDA);		Encaminhar 200.000 imóveis rurais para a regularização fundiária;	
0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária. (MDA);		Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água. Assentar 200 mil famílias;	
423 - Reduzir a violência no campo com a mediação de conflitos agrários, apreensão de tensão social no campo e a promoção de assistência às famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terras, garantindo o efetivo acesso às políticas públicas sociais, em especial o combate à fome e miséria. (MDA)		Obter 1 milhão de hectares. Criar 800 projetos de assentamento;	
		Conceder Crédito Fomento a 50 mil famílias assentadas no âmbito BSM;	
		Implantar 3.200 bibliotecas rurais em assentamentos da reforma agrária;	
		Beneficiar 80 mil famílias com crédito fundiário.	

Fonte: PPA 2012-2015 (PPA de Bolso) – Pág.33. Sítio da Secretaria Geral do Governo Federal http://www.secretariageral.gov.br/art_social/forumppa/materiais-de-apoio/PPA_de_Bolso.pdf

Neste sentido, de forma a permitir o alcance dos objetivos e metas propostas, a cada exercício operacional são formalizados documentos de referência denominados Caderno de Metas, Plano de compromissos e/ou Plano de Ação. Para o exercício 2013, o INCRA/Sede estabeleceu para as Superintendências Regionais, critérios de distribuição dos créditos orçamentários (Quadro de Metas), e ainda critérios para provisão de limites orçamentários (descentralização). Estes critérios estão sistematizados conforme tabelas abaixo apresentadas:

Programa / Ação / Plano Orçamentário		Critérios para Distribuição de Créditos Orçamentários (Quadro de Metas)	Critérios para provisão de Limites Orçamentários (descentralização)
2012 – Agricultura Familiar			
210S	Assistência Técnica e Extensão rural para a reforma Agrária		
	PO 01 - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural - Incra	Créditos Orçamentários centralizados na Sede	Mediante programação a ser definida pela Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD), considerando as demandas encaminhadas pelas SR.
	PO 02 – Brasil sem Miséria – Assistência Téc. E Extensão Rural p/ Ref. Agrária	1ª Versão – Jun/2-13 i) Contratos em andamento e chamadas	Provisão total dos limites orçamentários, após a revisão do Plano das SR, com base em:

	PO 03 – Asssitência Técnica e Extensão Rural p/ reforma agrária	novas para atendimento a rotas prioritárias:	a) levantamento dos contratos em andamento;
	PO04 – Territórios da Cidadania – Assistência Téc. E Extensão Rural p/ Ref.Agrária	a) Brasil sem Miséria (BSM) e assentamentos novos; b) Programa Assentamentos Verdes (PAV); c) Estruturação Produtiva – Terra Forte, Projetos Casulo, Nutre ii) Territórios da Cidadania 2ª Versão – Agosto/13 Distribuição de metas físicas e créditos orçamentários	b) identificação do impacto dos recursos de exercícios anteriores em Restos a Pagar (RAP) c) atendimento às prioridades d) redefinições no Crédito Instalação

Programa / Ação / Plano Orçamentário		Critérios para Distribuição de Créditos Orçamentários (Quadro de Metas)	Critérios para provisão de Limites Orçamentários (descentralização)
2066– Reforma Agrária e ordenamento da estrutura fundiária			
211A	Desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais		
	PO 0A - Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	i) Proporcional à meta física declarada nos Planos de Ação das SR, ajustada pela Sede em negociação com as equipes regionais; ii) Custo unitário de R\$ 80,00 por lote supervisionado; iii) Reserva técnica na Sede para eventual aumento justificado nos custos unitários e atendimento a demandas emergenciais	Mediante programação a ser definida pela Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD), considerando as demandas encaminhadas pelas SR.
	PO 01 – Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assent. Da Reforma Agrária	Condicionado ao atendimento da Portaria Incra nº 352, de 18/06/2013	Condicionado ao atendimento da Portaria Incra nº 352, de 18/06/2013
	PO 03 – Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol	Créditos orçamentários centralizados na Sede	i) Mediante projeto a ser encaminhado pelas SR à Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD), considerando os seguintes critérios de prioridade: a) atendimento complementar ao Programa Terra Forte; b) atendimento aos Projetos Casulo; c) ampliação do acesso aos programas de compras governamentais – PAA e PNAE (ACT Conab/ Incra/ MDS) ii) Mediante programação de ações de monitoramento e fiscalização de atividades do programa Terra Sol.
	PO 04 – Titulação, Concessão e Destinação de imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Despesas Correntes i) Proporcional à meta física declarada pelas SR no Plano de Ação; ii) Custo unitário de R\$ 20,00 por título; iii) Reserva técnica na Sede para eventual aumento justificado nos custos unitários e para expansão das metas na Amazônia Legal. Despesas de capital Créditos orçamentários centralizados na Sede	Despesas Correntes i) provisão total dos valores atribuídos às SR no quadro de distribuição de metas físicas e créditos orçamentários ii) Reserva Técnica: mediante programação detalhada (PA, número de títulos e justificativa para custo unitário) a ser encaminhada pelas SR à Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD). Despesas de capital Mediante demanda de indenizações de benfeitorias apresentada pelas SR
	PO 08 – Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	1ª Versão – Distribuição (jun/13) Despesas de Capital: i) proporcional a 50% da meta para atendimento pelo Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) – PNHR, em 2013, declarada nos Planos de Ação das SR,	1ª Versão – Jun/13 Despesas de Capital i) provisão total dos valores atribuídos às SR no quadro de distribuição de metas físicas e créditos orçamentários

		considerando o custo unitário regional para abertura de estradas. ii) Reserva técnica na Sede para complementação justificada para o MCMV, adesão ao PAC equipamentos, pagamento de contratos em andamento e realização de outras obras consideradas imprescindíveis Despesas Correntes: Créditos orçamentários centralizados na Sede 2ª Versão – Atualização da distribuição das metas físicas e créditos orçamentários – (Agosto/2013) Despesas de Capital – Distribuição de R\$ 101.197.100, proporcional ao número de famílias a serem atendidas pelo Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) – PNHR, em 2013, declarada nos Planos de Ação das SR, considerando o custo unitário regional para abertura de estradas.	ii) Reserva Técnica por decisão da Presidência do Incra, mediante detalhamento (projetos de assentamento, número de famílias, tipo de obra, estimativa de custo e vinculação às prioridades. Despesas correntes Mediante programação detalhada (projeto de assentamento e atividade) a ser encaminhada pelas SR à Diretoria de Projetos de Assentamento (DD) 2ª Versão – Agosto/13 Despesas de capital – Provisão de acordo com a capacidade Operacional de cada SR.
Programa / Ação / Plano Orçamentário		Critérios para Distribuição de Créditos Orçamentários (Quadro de Metas)	Critérios para provisão de Limites Orçamentários (descentralização)
2066– Reforma Agrária e ordenamento da estrutura fundiária			
211A	Desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais		
	PO 09 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Créditos Orçamentários centralizados na Sede	Mediante programação detalhada (projeto de assentamento, número de famílias) a ser encaminhada pelas SR à Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD), priorizando projetos de assentamento aptos à titulação e a acessar Pronaf.
210T	Promoção da educação no campo		
	PO 01 – Educação de Jovens e Adultos no Campo	i) Proporcional às metas apresentadas pelas SR à Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD), priorizadas as parcerias em execução e em implantação; ii) atendimento a acampados, de forma complementar ao Pronatec Campo; ** Orçamento 2013 complementado com os saldos dos créditos extraordinários do orçamento 2012	Mediante cronograma de execução
	PO 02 – Concessão de Bolsas de capacitação e formação profissional em Assit.Técnica, Pedagógica e Social	Créditos orçamentários centralizados na Sede	Mediante cronograma de execução (Termo de Cooperação IPEA/CNPq/INCRA)
	PO 03 – Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior p/ a reforma Agrária	i) Proporcional às metas físicas apresentadas pelas SR à Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD), priorizadas as parcerias em execução e em	Mediante cronograma de execução

			implantação. ** Orçamento 2013 complementado com os saldos dos créditos extraordinários do orçamento 2012	
	0427	Concessão de crédito instalação às famílias assentadas	Condicionado ao atendimento da Portaria nº 352, de 18/06/2013	Condicionado ao atendimento da Portaria nº 352, de 18/06/2013

No decorrer do exercício, com o avanço das tratativas realizadas entre a Superintendência Regional e a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos, aliada à conveniência administrativa do INCRA/Sede, restaram estabelecidas as Metas físicas e Orçamentárias, cujos resultados operacionais foram sistematizados nos Quadros 08 e 09 a seguir:

3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 8 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	10.641	10.641	R\$ 9.255.939,03	R\$ 9.251.454,40	R\$ 4.769.674,24	R\$ 3.985.352,25	R\$ 5.266.102,15
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)							
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)							
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obras concluídas (famílias)	489	546	R\$ 1.442.524,00	R\$ 1.442.316,55	R\$ 137.217,07	R\$ 137.217,07	R\$ 1.305.099,48
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	200	0	R\$ 310.243,99	R\$ 309.408,67	R\$ 11.520,63	R\$ 11.520,63	R\$ 297.888,04
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	-	301	R\$ 220.764,99	R\$ 220.442,25	R\$ 168.100,88	R\$ 133.740,26	R\$ 86.701,99
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	414	271					
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	130	219	R\$ 51.779,00	R\$ 51.578,22	R\$ 51.578,22	R\$ 51.578,22	
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	560	587					
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	-	-	R\$ 12.377,40	R\$ 12.323,54	R\$ 12.323,54	R\$ 12.279,50	R\$ 44,04
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	120	0					
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)			R\$ 9.619,50	R\$ 9.515,06	R\$ 9.515,06	R\$ 9.515,06	

Quadro 9 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar.*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física** (RAP)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)			R\$ 3.276.297,79	- R\$ 117.842,59	R\$ 1.850.996,93
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)					
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)			R\$ 14.550.600,00	- R\$ 5.368.400,00	
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obras concluídas (famílias)			R\$ 7.311.973,51	- R\$ 625.669,47	R\$ 3.538.466,36
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)			R\$ 716.314,96	- R\$ 438,00	R\$ 342.317,65
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)			R\$ 10.000,00		R\$ 8.239,89
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)					
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)			R\$ 16.210,00	- R\$ 274,00	R\$ 14.937,51
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)					
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)					
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)			R\$ 2.516,85	- R\$ 1.433,82	R\$ 1.083,03
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)					

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

Análise Crítica Sintética dos resultados apresentados nos Quadros demonstrativos 08 e 09.

Ação 210S – Assistência Técnica e Extensão rural para a Reforma Agrária

A meta estabelecida, refere-se à previsão de atendimento às famílias assentadas, seja através dos contratos existentes na Regional, seja através da inclusão de novas famílias originadas de Projetos de Assentamento criados no exercício. Convém ressaltar que após Auditoria anual de contas realizada referente ao exercício 2012, foi identificadas impropriedades nos Contratos de Assistência Técnica das regiões da Borborema, Curimataú, Médio Sertão e Médio Sertão II, os quais foram objeto de recomendação expressa da Controladoria Geral da União, constantes do Plano de Providências da Superintendência Regional. Com a decisão pela não renovação dos mencionados contratos, foram iniciados os procedimentos administrativos objetivando abertura de nova Chamada Pública (Chamada Pública nº 01/2014).

Ação 0427 – Concessão de crédito instalação às famílias assentadas

Não houve meta estabelecida para esta Ação referente ao exercício 2013, em função da existência de uma nova proposta de estruturação de créditos (formato, valores e forma de operacionalização) discutida entre o Incra/Sede, Secretaria do Tesouro Nacional e Casa Civil. Destacamos ainda a ocorrência no mês de junho/13, da suspensão da aplicação dos Créditos instalação em todo território nacional, com o recolhimento dos saldos depositados às contas das entidades representativas dos Projetos de Assentamentos, para adequação e ajustes administrativos condicionados aos termos da Portaria/INCRA/nº 352, de 18 de junho de 2013.

Ação 211A – Implantação e recuperação de infraestrutura básica em Projetos de Assentamentos

A execução orçamentária desta ação para o exercício 2013, refere-se aos valores aditivados aos contratos vigentes e à realização das Tomadas de Preços - TP's nº 001/2013 e nº 002/2013, para contratação de empresas especializadas de engenharia para a construção e recuperação de Sistemas de Abastecimento d'água em Projetos de Assentamentos. A definição dos Projetos de Assentamentos contemplados com as obras de engenharia, atendeu prioritariamente a necessidade de garantia de solução hídrica para os PA's, cujas unidades habitacionais das famílias beneficiárias estão sendo propostas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida do PNHR (Programa Nacional de Habitação rural).

Relação dos empenhos realizados no exercício de 2013:

Número	UO	PT	Fonte	PI	Valor Empenhado	Contrato/Referência
800279	49201	216312066211A0001	0176370002	D211A000819	136.411,83	CRT/Nº 020/2012
800333	49201	216312066211A0001	0176370002	D211A000819	30.231,83	CRT/Nº 019/2012
800349	49201	216312066211A0001	0176370002	D211A000819	51.488,10	CRT/Nº 026/2012
800376	49201	216312066211A0001	0176370002	D211A000819	79.815,07	CRT/Nº 06/2013
800377	49201	216312066211A0001	0176370002	D211A000819	20.306,89	CRT/Nº 04/2011
800417	49201	216312066211A0001	0176370002	D211A000819	456.459,57	TP/Nº 01/2013
800431	49201	216312066211A0001	0176370002	D211A000819	584.686,71	TP/Nº 02/2013

Fonte: SIAFI 2013

TP/Nº 01/2013 – Abastecimento de Água

SIPRA	Assentamento	Município	Nº de famílias assentadas
PB0333000	José Jovem	Boa Vista	40
PB0319000	N. Senhora Aparecida I	Itabaiana	30
PB0308000	Pau Brasil	Itabaiana	14
PB0307000	1º de maio I	Pocinhos	20
PB0326000	Gravatá	Pocinhos	27
PB0325000	Canaã	Pedras de Fogo	24
PB0324000	Prato Cheio	Pilar	05
PB0303000	Dom José Maria Pires	Santa Rita	23
PB0285000	Bom Jesus I	Barra de São Miguel	20
PB0080000	Santana II	Cruz do Espírito Santo	56

(Proposta vencedora da TP01/2013 Valor: R\$ 456.459,57 – Empresa N.R.J. Construções Ltda.)

TP/Nº 02/2013 – Abastecimento de Água

SIPRA	Assentamento	Município	Nº de famílias assentadas
PB0322000	Mata Verde	Diamante	26
PB0321000	Nova Conquista I	Condado	51
PB0331000	Aroeira	Santa Teresinha	20
PB0315000	Nego Fuba	Santa Teresinha	30
PB0330000	Ananias Pereira	Conceição	20
PB0327000	José Jordivan	Salgadinho	32
PB0334000	Santa Cecília	Cajazeiras	07
PB 0312000	Zequinha	Sousa	20
PB0328000	Morada Nova	S. José da Lagoa Tapada	27
PB0332000	Frei Dimas	Catolé do Rocha	30
PB0302000	Cristo Redentor	Itaporanga	05
PB0313000	Angélicas II	Sousa/S. J. Lagoa Tapada	19

(Proposta vencedora da TP02: R\$ 586.134,52 – Empresa: Impermanta Construções e Serviços Ltda)

Obras em andamento contratadas em exercícios anteriores

Segue abaixo planilha demonstrativa das obras de infraestrutura contratadas em exercícios anteriores e situação ao final do exercício referente ao estágio da obra:

Seq.	Tipo de obra	Nome do Projeto de Assentamento beneficiado	Município do Projeto de Assentamento	UF do Projeto de Assentamento	Nº da licitação / Ano	Objeto licitado	Nº do contrato / Ano	Estágio de execução da obra (conforme cronograma físico-financeiro)
1	Abastecimento de água	José Horácio	Alagoa Grande	PB	TP-012/2011	Construção de Cisternas	018/2012	execução concluída
2	Abastecimento de água	Margarida maria Alves II	Alagoa Grande	PB	TP-012/2011	Construção de Cisternas	018/2012	execução concluída
3	Abastecimento de água	Alagoa Nova	Alagoa Grande	PB	TP-012/2011	Construção de Cisternas	018/2012	Sem execução iniciada
4	Abastecimento de água	Coração de Jesus	Alagoa Grande	PB	TP-012/2011	Construção de Cisternas	018/2012	execução concluída
5	Abastecimento de água	Severino Casemiro	Alagoa Grande	PB	TP-012/2011	Construção de Cisternas	018/2012	execução concluída
6	Abastecimento de água	Maria da Penha	Alagoa Grande	PB	TP-012/2011	Construção de Cisternas	018/2012	entre 50% e 70% executado
7	Abastecimento de água	Severino Ramalho	Alagoa Grande	PB	TP-012/2011	Construção de Cisternas	018/2012	até 50% executado
8	Abastecimento de água	Esperança	Areia	PB	TP-012/2011	Construção de Cisternas	018/2012	até 50% executado
9	Abastecimento de água	União	Areia	PB	TP-012/2011	Construção de Cisternas	018/2012	até 50% executado
10	Abastecimento de água	Nossa Senhora de Fátima	Belém	PB	TP-012/2011	Construção de Cisternas	018/2012	Sem execução iniciada

Seq.	Tipo de obra	Nome do Projeto de Assentamento beneficiado	Município do Projeto de Assentamento	UF do Projeto de Assentamento	Nº da licitação / Ano	Objeto licitado	Nº do contrato / Ano	Estágio de execução da obra (conforme cronograma físico-financeiro)
11	Abastecimento de água	Chico Mendes	Riachão do Poço	PB	TP-012/2011	Construção de Cisternas	018/2012	execução concluída
12	Abastecimento de água	Paulo Freire	Araçagi	PB	TP-012/2011	Construção de Cisternas	018/2012	execução concluída
13	Abastecimento de água	Santa Terezinha I	Alagoinha	PB	TP-012/2011	Construção de Cisternas	018/2012	Sem execução iniciada
14	Abastecimento de água	Senhor do Bonfim	Alagoinha	PB	TP-012/2011	Construção de Cisternas	018/2012	Sem execução iniciada
15	Abastecimento de água	Chã do Bálsamo	Matinhas	PB	TP-012/2011	Construção de Cisternas	018/2012	Sem execução iniciada
16	Abastecimento de água	Nova Conquista	Pilar	PB	TP-012/2011	Construção de Cisternas	018/2012	até 50% executado
17	Abastecimento de água	Mundo Novo Beira Rio Eldorado dos Carajás	Camalaú	PB	TP 001/2011	Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	20/2012	acima de 70% executado
18	Abastecimento de água	Asa Branca	Coxixola	PB	TP 001/2011	Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	20/2012	até 50% executado
19	Abastecimento de água	Pinheiros	Coxixola	PB	TP 001/2011	Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	20/2012	execução concluída

Seq.	Tipo de obra	Nome do Projeto de Assentamento beneficiado	Município do Projeto de Assentamento	UF do Projeto de Assentamento	Nº da licitação / Ano	Objeto licitado	Nº do contrato / Ano	Estágio de execução da obra (conforme cronograma físico-financeiro)
20	Abastecimento de água	Água Branca	São Miguel de Taipu	PB	TP 001/2011	Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	20/2012	execução concluída
21	Abastecimento de água	Padre Luciano Dias de Moraes	Catingueira	PB	TP 001/2011	Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	20/2012	execução concluída
22	Abastecimento de água	Campo Comprido	Patos	PB	TP 001/2011	Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	20/2012	execução concluída
23	Abastecimento de água	Padre Acácio Cartaxo Rolim	Malta	PB	TP 001/2011	Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	20/2012	execução concluída
24	Abastecimento de água	Cachoeira	São José de Espinharas	PB	TP 001/2011	Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	20/2012	execução concluída
25	Abastecimento de água	Maria Paz	São José de Espinharas	PB	TP 001/2011	Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	20/2012	acima de 70% executado
26	Abastecimento de água	Osiel Alves	São José de Espinharas	PB	TP 001/2011	Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	20/2012	execução concluída

Seq.	Tipo de obra	Nome do Projeto de Assentamento beneficiado	Município do Projeto de Assentamento	UF do Projeto de Assentamento	Nº da licitação / Ano	Objeto licitado	Nº do contrato / Ano	Estágio de execução da obra (conforme cronograma físico-financeiro)
27	Abastecimento de água	Tiradentes I	São José de Espinharas	PB	TP 001/2011	Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	20/2012	execução concluída
28	Abastecimento de água	Saco do Monte	São Mamede	PB	TP 001/2011	Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	20/2012	execução concluída
29	Abastecimento de água	Poços de Baixo	Teixeira	PB	TP 001/2011	Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	20/2012	execução concluída
30	Abastecimento de água	Paxicu	Paulista	PB	TP 001/2011	Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	20/2012	Sem execução iniciada
31	Abastecimento de água	Curralinho	Paulista	PB	TP 001/2011	Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	20/2012	acima de 70% executado
32	Abastecimento de água	Osiel Alves	São José de Espinharas	PB	TP 002/2012	Recuperação de açude	26/2012	acima de 70% executado
33	Abastecimento de água	Renascer	Prata	PB	TP 003/2011	Recuperação de açude	25/2012	acima de 70% executado
34	Abastecimento de água	Serrote Agudo	Sumé/Prata/Amparo	PB	TP 003/2011	Recuperação de açude	25/2012	acima de 70% executado

Seq.	Tipo de obra	Nome do Projeto de Assentamento beneficiado	Município do Projeto de Assentamento	UF do Projeto de Assentamento	Nº da licitação / Ano	Objeto licitado	Nº do contrato / Ano	Estágio de execução da obra (conforme cronograma físico-financeiro)
35	Abastecimento de água	Mandacaru	Sumé	PB	TP 003/2011	Recuperação de açude	25/2012	acima de 70% executado
36	Abastecimento de água	Boa Sorte	São Sebastião do Umbuzeiro	PB	TP 010/2011	Recuperação de açude	22/2012	execução concluída
37	Abastecimento de água	Maria Bonita	São Sebastião do Umbuzeiro	PB	TP 010/2011	Recuperação de açude	22/2012	execução concluída
38	Abastecimento de água	Estrela D'alva	São Sebastião do Umbuzeiro	PB	TP 010/2011	Recuperação de açude	22/2012	execução concluída
39	Abastecimento de água	Sítio Sousa	Salgado de São Félix	PB	TP 011/2011	Recuperação de açude	23/2012	execução concluída
40	Abastecimento de água	Maravalha	São Miguel de TaipU	PB	TP 011/2011	Recuperação de açude	23/2012	execução concluída
41	Outros	Rosa Luxemburgo	Algodão de Jandaíra	PB	TP 004/2011	Recuperação de estradas	19/2012	acima de 70% executado
42	Outros	Gruta Funda	Algodão de Jandaíra	PB	TP 004/2011	Recuperação de estradas	19/2012	acima de 70% executado
43	Outros	Várzea Grande	Dona Inês	PB	TP 004/2011	Recuperação de estradas	19/2012	acima de 70% executado
44	Outros	Dom Marcelo Carvalheira	Mogeiro	PB	TP 004/2011	Recuperação de estradas	19/2012	Sem execução iniciada

Seq.	Tipo de obra	Nome do Projeto de Assentamento beneficiado	Município do Projeto de Assentamento	UF do Projeto de Assentamento	Nº da licitação / Ano	Objeto licitado	Nº do contrato / Ano	Estágio de execução da obra (conforme cronograma físico-financeiro)
45	Outros	Massangana I	Cruz do Espírito Santo	PB	TP 004/2011	Recuperação de estradas	19/2012	até 50% executado
46	Outros	Dom Expedito Eduardo	Santa Teresinha	PB	TP 004/2011	Recuperação de estradas	19/2012	até 50% executado
47	Outros	Maria Paz	São José de Espinharas	PB	TP 004/2011	Recuperação de estradas	19/2012	até 50% executado
48	Outros	Angélicas	Aparecida / São José da Lagoa Tapada	PB	TP 004/2011	Recuperação de estradas	19/2012	até 50% executado
49	Outros	Riacho da Cruz	Barra de Santa Rosa	PB	TP 014/2011	Construção de Casa de Beneficiamento de Leite	03/2012	execução concluída

3.3.2 Diagnóstico, por microrregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura

Considerando que a operacionalização das Ações do INCRA segue a lógica orçamentária de distribuição geográfica (Territórios da Cidadania ou Jurisdição), apresentamos a seguir, quadro demonstrativo de demandas existentes no Setor de Infraestrutura da SR, segundo a sua localização territorial, bem como segundo a fase de implantação em que o Projeto de Assentamento se encontra. Há, no entanto, a perspectiva de ampliar a avaliação das demandas existentes nos Projetos de Assentamentos, qualificando-as segundo análise da criticidade, da prioridade e do custo. Para tanto, se faz necessário ter as condições de custeio administrativo, a ser encaminhada proposta orçamentária para o exercício 2014, para realização deste trabalho, que demandará do setor de engenharia planejamento específico e tempo para sua consecução. Uma das estratégias de Gestão para superar demandas existentes, é tentar via parceria com municípios que receberam equipamentos via PAC2, tais como Caçamba, Patrulha mecânica, Retroescavadeiras, caminhões-pipa, a execução de Obras de Infraestrutura mediante celebração de Convênios.

Projeto de Assentamento	Município	Fam	Fase do PA	Território	Demanda / Obras
Caiana	Alagoa Grande	67	06	FORA T.C.	Estradas/Açudes
Cajá de Alagoinha	Alagoinha	20	05	FORA T.C.	Recup. Estradas/Açudes - Abastecimento
Subaúma	Alhandra	99	07	T.C.Zona da Mata Sul	Novo poço e melhoria do sistema
Angélicas	Aparecida	34	05	FORA T.C.	Abastecimento de água
Veneza I	Aparecida	27	03	FORA T.C.	Abastecimento de água/Recuperação de açudes
Santa Lúcia	Araçagi	100	06	FORA T.C.	Recuperação de açude
Maria Preta	Araçagi	100	05	FORA T.C.	Melhoria abastecimento de água
Frei Damião	Araruna	6	05	FORA T.C.	Açudes/Poço
Umburana da Onça	Araruna	28	06	FORA T.C.	Abastecimento de água
Celso Furtado	Areia	25	03	T.C. Borborema	Abastecimento de água
Emanoel Joaquim	Areia/Alagoa Nova	30	05	T.C. Borborema	Recuperação de açudes
Cícero Romana/Lajes	Areial	35	04	T.C. Borborema	Abastecimento de água/Estradas
Santa Vitória	Bananeiras	84	06	FORA T.C.	Recuperação de açude

Riacho do Sangue	Barra de Santa Rosa	30	03	T.C. Curimataú	Recuperação de açude/estradas
Serrote Verde	Barra de Santa Rosa	35	03	T.C. Curimataú	Construção de açude
Novo Campo	Barra de São Miguel	23	04	FORA T.C.	Recuperação de açudes
Nossa Senhora de Fátima	Bananeiras	41	05	FORA T.C.	Limpeza de açudes
Antonio Paulo	Boa Vista	44	03	FORA T.C.	Abastecimento de água
Capim de Cheiro	Caaporã	112	06	T.C. Zona da Mata Sul	Abastecimento de água
São Francisco II	Cachoeira dos Índios	21	05	FORA T.C.	Abastecimento de água
Mãe Rainha	Cajazeiras	28	04	FORA T.C.	Abastecimento de água/Recuperação de açudes
Frei Damião I	Cajazeiras	21	05	FORA T.C.	Recuperação de açudes
Santo Antonio	Cajazeiras	32	05	FORA T.C.	Recuperação de açude
Edvaldo Sebastião	Cajazeiras	31	05	FORA T.C.	Abastecimento de água/Açudes
Pequeno Richard	Campina Grande	50	03	T.C. Borborema	Recuperação de açude
Vazante	Campo de Santana	35	06	FORA T.C.	Recuperação de açude/estradas
Che Guevara	Casserengue	13	03	T.C. Borborema	Abastecimento de água
Nossa Senhora Aparecida	Catingueira	65	04	T.C. Médio Sertão	Abastecimento de água
Pinheiros	Coxixola	19	05	T.C. Cariri Ocidental	Abastecimento de água/Estradas
Vida Nova	Sapé	68	05	T.C. Zona da Mata Norte	Abastecimento de água
Canudos	Cruz do Espírito Santo	113	05	T.C. Zona da Mata Norte	Abastecimento de água/Estradas/Açudes
Dona Helena	Cruz do Espírito Santo	105	06	T.C. Zona da Mata Norte	Recuperação de açude/lagoa
Massangana III	Cruz do Espírito Santo	131	06	T.C. Zona da Mata Norte	Melhoria abastecimento de água
Belo Monte	Cubati	53	05	FORA T.C.	Recuperação de açude/abastecimento
São Domingos I	Cubati	30	05	FORA T.C.	Abastecimento de água
Batentes	Cuité	38	05	T.C. Curimataú	Abastecimento de água
Retiro	Cuité	180	05	T.C. Curimataú	Recuperação de açude
Jardim	Curral de Cima	42	03	T.C. Zona da Mata Norte	Abastecimento de água

Santa Verônica	Damião	50	05	T.C. Curimataú	Recuperação de açude
Várzea Grande	Dona Inês	45	05	FORA T.C.	Abastecimento de água
Cícero Romana I	Esperança	54	04	T.C. Borborema	Abastecimento de água/Estradas
Cachoeira Grande	Aroeiras	33	04	FORA T.C.	Recuperação de açudes
Cristo Redentor	Itaporanga	5	03	FORA T.C.	Recuperação de açudes
Boa Esperança	Jacaraú	39	05	T.C. Zona da Mata Norte	Cisternas
Fortuna	Jericó	73	06	FORA T.C.	Estradas/Barragem subterrânea
Alto Alegre	Jericó	45	05	FORA T.C.	Recuperação de estradas
Cantinho	Lagoa	38	03	FORA T.C.	Abastecimento de Água/Recuperação de açudes
Santa Mônica I	Lagoa	35	03	FORA T.C.	Recuperação de açudes/Estradas
Padre Acácio Cartaxo Rolim	Malta	19	05	T.C. Médio Sertão	Recuperação de açude
Juazeiro	Marizópolis	61	05	FORA T.C.	Abastecimento de água
Imbiras	Massaranduba	82	05	T.C. Borborema	Estradas
Chã do Balsamo	Matinhas	42	06	T.C. Borborema	Abastecimento de água/Estradas
1º de maio	Maturéia	20	04	T.C. Médio Sertão	Abastecimento de água
João Pedro Teixeira	Mogeiro	32	05	FORA T.C.	Recuperação de açude/poço profundo
Mãe Rainha I	Olho d'água	20	03	FORA T.C.	Abastecimento de água
Patativa do Assaré	Patos	60	05	T.C. Médio Sertão	Estradas
Curralinho	Paulista	40	05	FORA T.C.	Recuperação de açude
Paxicu	Paulista	40	05	FORA T.C.	Recuperação de estradas
Engenho Novo II	Pedras de Fogo	57	06	T.C. Zona da Mata Sul	Construção de açude
Florestan Fernandes	Pilões	41	05	T.C. da Borborema	Abastecimento de água/Estradas
Jacu	Pombal	40	05	FORA T.C.	Abastecimento de água
Santa Mônica	Pombal	27	03	FORA T.C.	Recuperação de açudes
Baixio do Riachão	Riachão	41	05	FORA T.C.	Abastecimento de água (CAGEPA)
Sítio Sousa	Salgado de São Félix	50	06	FORA T.C.	Açudes

Bom Jesus	Poço Dantas	22	05	FORA T.C.	Abastecimento de água
Águas Turvas	Santa Rita	32	07	T.C. Zona da Mata Norte	Estradas (Ponte)
Sarapó	São José da Lagoa Tapada	36	05	FORA T.C.	Recuperação de estradas/açudes
Nova Santana	São José de Espinharas	24	04	T.C. Médio Sertão	Abastecimento de água
Nova Espinharas	São José de Espinharas	58	03	T.C. Médio Sertão	Abastecimento de água
Tiradentes I	São José de Espinharas	35	05	T.C. Médio Sertão	Recuperação de açude
Tubarão	São José do Bonfim	67	05	T.C. Médio Sertão	Abastecimento de água
Novo Taipu	São Miguel de Taipu	60	06	T.C. Zona da Mata Sul	Instalação de poço existente
Dos 10	Monteiro	80	05	T.C. Cariri Ocidental	Açudes/Poço
Estrela d alva	São Sebastião do Umbuzeiro	57	06	T.C. Cariri Ocidental	Estradas/Abasteciemento
Boa Vista	Sapé	122	06	T.C. Zona da Mata Norte	Abastecimento de água
Rainha dos Anjos	Sapé	49	05	T.C. Zona da Mata Norte	Estradas
Padre Gino	Sapé	62	06	T.C. Zona da Mata Norte	Abastecimento de água
Nova Vivência	Sapé	48	05	T.C. Zona da Mata Norte	Melhoria abastecimento de água
Olho d´agua	Seridó	36	05	FORA T.C.	Abastecimento de água
Antonio Avelino	Soledade	44	05	FORA T.C.	Abastecimento de água
São Luís	Sossego	47	05	T.C. Curimataú	Melhoria abastecimento de água/açudes/estradas
Padre Assis	Sossego	41	05	T.C. Curimataú	Abastecimento de água
Serrote Agudo	Prata	86	05	T.C. Cariri Ocidental	Abastecimento de água

Mandacaru	Sumé	118	05	T.C. Cariri Occidental	Abastecimento de água
Total		228			

Detalhamento das Fases de Assentamento:

- (01)– Pré-Projeto de Assentamento
- (02)- Assentamento em criação
- (03)- Assentamento criado
- (04)- Assentamento em instalação
- (05)- Assentamento em estruturação
- (06)- Assentamento em consolidação
- (07)- Assentamento consolidado

3.3.3 Demonstração dos resultados das ações

Como demonstrativo de resultados das ações de desenvolvimento, apresentamos:

- **Região Geográfica - Zona da Mata Sul**

Assentamentos cobertos pelo contrato de Assistência Técnica:

Projeto de Assentamento	Município	Capacidade
Litoral Sul	Alhandra	18
Capim de Cheiro	Caaporã	112
Dona Antônia	Conde	110
Frei Anastácio		18
Gurugi II		86
Rick Charles		51
Almir Muniz da Silva		24
Nossa Senhora Aparecida I	Itabaiana	30
Pau Brasil		14
Sítio Salomão		09
Dom Marcelo		70
Campo Verde	Pedras de Fogo	142
Engenho Novo II		58
Itabatinga		107
Mata de Vara		106
Nova Aurora		98
Nova Tatiane		27
Santa Emília		15
Santa Terezinha		62
Nova Conquista	Pilar	109
1º de Março	Pitimbu	34
Sede Velha do Abiaí		49
Teixeirinha		32

Água Branca	São Miguel do Taipu	73
Amarela I		54
Amarela II		42
Antônio Conselheiro		120
Maravalha		44
Novo Taipu		60
Total		1774

Atividades Realizadas segundo plano de trabalho da prestadora de ATES – CONSPLAN

Atividades	Quantidade realizada	Nº de assentamentos beneficiados	Nº de famílias beneficiadas
Oficina de Apresentação do Plano de trabalho e atividades	31	31	600
Palestra educação ambiental na escola	05	05	110
Oficina: Fortalecimento de grupo de mulheres na perspectiva da autoestima e do protagonismo	11	11	215
Questionário de levantamento de dados - SIGMA	31	31	1.910
Intercâmbio – Cooperativismo e Associativismo SESCOOP	1	12	25
Forum Associativismo SESCOOP	1	25	60
Oficina Artesanato para jovens e mulheres	3	3	40
Oficina Culinária para jovens e mulheres	2	2	20
Palestra Políticas públicas (Saúde, educação, Segurança alimentar, Direito financeiro)	6	6	90
Palestra Associativismo e Cooperativismo	2	2	50
Oficina reaproveitamento de resíduos sólidos	1	1	15
Capacitação horticultura ecológica	3	3	20
Oficina defensivos naturais (biofertilizantes)	1	2	30
Mutirão da cidadania: Acesso aos serviços básicos de cidadania	1	8	150
Reunião com a escola e comunidade em práticas pedagógicas na lógica da educação no campo	4	4	-
Unidade demonstrativa (Apicultura e mel)	1	1	5
Unidade demonstrativa: recuperação de pastagem (rodízio através de cerca elétrica)	1	1	1
Unidade demonstrativa: cultivos protegidos em base agroecológica	1	1	5
Intercâmbio: Práticas de economia solidária em grupos de interesse (Rede de experiências)	1	6	37
Curso formação de educadores ambientais	1	4	20

Principais resultados:

Eixo Produtivo		
Descrição do Resultado	Beneficiários	Valor (R\$)

Projetos Pronaf's "A" elaborados e aprovados pelo Agente Financeiro	24	310.452,11
Projetos Pronaf's "A" elaborados e não contratados pelo Agente Financeiro	23	402.527,58
Projetos Pronaf's Estiagem elaborados e contratados pelo Agente Financeiro	108	1.301.258,08
Projetos Pronaf's "A/C" elaborados e contratados pelo Agente Financeiro	17	116.618,42
Projetos COOPERAR contratados	03	-
Projetos COOPERAR em análise	04	-
Total		2.130.856,19

Resultados Obtidos através de parcerias com entidades governamentais e não governamentais		
Entidade	Descrição da Atividade	Comunidade beneficiada
SEBRAE (PAIS)	- Projeto de Produção Agroelcológica Integrada e Sustentável (PAIS); - Comercialização de produção nos mercados locais dos municípios do Conde e Pitimbu-PB (Pousadas e Hotéis).	Santa Teresinha e Campo Verde
Conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável – CDMRS	Aprovação de projetos produtivos	-
Banco do Nordeste	Renegociação e regularização de Dívidas dos assentados.	Todos os PA's, exceto PA Maravalha e PA Mata de Vara
Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo	- Parceria para ação de divulgação e educação ambiental; - Doação de Equipamentos para implantação de horta escolar; - Doação de vacinas contra febre aftosa;	Campo Verde Mata de Vara PA's localizados em Pedras de Fogo-PB
SESCOOP	Constituição de Cooperativa dos Agricultores e Avicultores do Conde (AGRICONDE).	-
EMATER	Fornecimento de mudas para implantação de unidade demonstrativa de cultura do abacaxi.	-
UFPB	Divulgação de trabalhos acadêmicos dentro de Projetos de Assentamentos;	-
COOPERAR	Construção de casa de mel e implementos agrícolas	Nova Conquista
INSS		

SESC	Cadastro e viabilização de parceria no Programa Mesa Brasil	Nossa Senhora Aparecida e Pau Brasil
NASF – Núcleo de apoio a saúde da família / Conde-PB	Apoio, Orientação e realização de exames (Teste HIV)	-

Descrição	Projeto de Assentamento	Beneficiários
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	• Almir Muniz; • Nova Conquista; • Nova Aurora; • Dona Antônia; • Frei Anastácio; • 1º de Março; • Cooperativa Agriconde (Rick Charles, Frei Anastácio e Gurugi II); • Cooperativa Unifruta (Nova Aurora, Santa Teresinha, Campo Verde, Itabatinga, Engenho Novo, Uma de São José)	120
Programa Nacional de Alimentação escolar – PNAE	• Dom Marcelo; • Santa Teresinha; • Nova Aurora; • Campo Verde; • Itabatinga; • Engenho Novo II; • Capim de Cheiro; • Cooperativa Agriconde (Rick Charles)	105
PAA – Leite	• Almir Muniz; • Dom Marcelo; • Nova Conquista.	03
CDL	• Nova Aurora; • Teixeira;inha; • 1º de Março; • Capim de Cheiro.	79
SPG – Sistema Participativo de garantia	Certificação dos selos para comercialização das feiras orgânicas (PA Antônio Conselheiro – Certificado) e (PA Novo Taipú – em andamento)	-
Feiras Livres	Mediação para comercialização de produtos hortifrúti dos	-

	Projetos de Assentamentos (Campo Verde, Nova Tatiane, Antônio Conselheiro, Nova Conquista, Novo Taipú, Almir Muniz, Nova Aurora, Dona Antônia e Capim de Cheiro)	
--	---	--

Unidades Demonstrativas Montadas	
Projeto de Assentamento	Tipo da UD
Nova Tatiane	Quintais Produtivos
Água Branca	Cultivo de Abacaxi Agroecológico
Gurugi II	Unidade de Produção agroecológica integrada sustentável – PAIS
Itabatinga	Quintais Produtivos
Almir Muniz	Implantação de Barragem Subterrânea; Unidade de recuperação de pastagem
Nova Conquista	Unidade de Produção agroecológica integrada sustentável – PAIS; Unidade de Produção de Mel
Novo Taipu	Unidade de Produção de Mel
Sede Velha	Unidade de recuperação de pastagem

- Região Geográfica – Zona da Mata Norte**

Assentamentos cobertos pelo contrato de Assistência Técnica:

Projeto de Assentamento	Município	Capacidade
Maria Preta	Araçagi	101
Paulo Freire		16
Manoel Bento	Capim	21
Campos de Sementes e Mudas	Cruz do Espírito Santo	45
Canudos		113
Corvoada I		40
Dona Helena		105
Engenho Santana		55
Massangana I		131
Massangana II		158
Massangana III		131
Santana II		56
Jardim	Curral de Cima	42
Antonio Chaves	Jacarau	28
Boa Esperança		42
Novo Salvador		98
Estivas do Geraldo	Lucena	84
Oiteiro de Miranda		82
Tiradentes	Mari	160
Zumbi dos Palmares		85

Chico Mendes	Riachão do Poço	120
21 de Abril	Sapé	60
Boa Vista		122
Padre Gino		62
Rainha dos Anjos		49
Santa Helena		206
Vida Nova		68
Nova Vivência		48
Dom José Maria Pires	Santa Rita	23
Total		2351

Principais Resultados por eixo de atuação

Eixo	Linhas norteadoras principais	Resultados
PRODUTIVO	Acesso às linhas de crédito	114 projetos PRONAF's totalizando R\$ 1.684.563,00; 900 projetos fomento Brasil sem miséria; 06 projetos em análise no BNDES – valor global: R\$ 302.932,00;
	Organização das cadeias produtivas	Elaboração 02 Planos de cadeias produtivas; Identificação de potenciais produtivos da região; Seminário para socialização dos estudos junto aos assentados.
	Fortalecimento da produção e produtividade	Aplicação do diagnóstico do Sistema de Informações, Gestão e Monitoramento de Projetos de Assentamentos – SIGMA; Oficinas para fortalecimento do processo de transição agroecológica junto aos assentados; Implantação de Unidades Demonstrativas; Realização de intercâmbios produtivos
	Organização da comercialização e o acesso as compras governamentais	Articulação com as entidades que recebem os produtos do PAA/PNAE; Reunião com os grupos de interesse produtivo; Auxílio no processo de Regularização fiscal das Associações objetivando a concretização da venda dos produtos em compras governamentais;
	Capacitação dos agricultores/as e jovens	Realização de reuniões, oficinas, dias de campo e intercâmbio.

Eixo	Linhas norteadoras principais	Resultados
AMBIENTAL	Responsabilidade Socioambiental	Distribuição de mudas; Aproveitamento de resíduos orgânicos; Capacitação sobre educação ambiental.
	Legalização ambiental dos PA's	Ação junto ao Órgão ambiental do Estado/SUDEMA para organização dos processos produtivos e sociais nos PA's; Encaminhamento administrativos das solicitações para supressão de vegetação

		em lotes de assentados; Pedidos de dispensas de licenciamento para construção de pequenas obras (tanques e poços).
--	--	---

Eixo	Linhas principais norteadoras	Resultados
SOCIAL	Organização e Fortalecimento de grupos de interesse	Realização de seminário “Balaio Cultural da gente”; Fortalecimento dos grupos culturais existentes nos PA’s; Organização dos espaços democráticos de discussão junto aos assentados; Apoio na gestão de entidades associativas; Melhoramento das condições organizativas dos assentamentos.
	Produção não agrícola	Fortalecimento e organização de grupos de artesanato, reciclagem, trabalhos manuais e produção de gêneros alimentícios.

- **Região Geográfica – Brejo**

Assentamentos beneficiados com o Contrato de Assistência Técnica:

Projeto de Assentamento	Município	Capacidade
Alagoa Nova	Alagoa Grande	40
Caiana		67
Coração de Jesus		24
José Horácio		32
Margarida Alves II		40
Maria da Penha I		62
Maria da Penha II		48
Monsenhor Luis Pescarmona		29
Sapé de Alagoa Grande		50
Severino Cassimiro		20
Severino Ramalho		27
Cajá de Alagoinha	Alagoinha	30
Santa Terezinha I		20
Senhor do Bomfim		75
Santa Lucia	Araçagi	100
Alto Grande	Araruna	48
Frei Damião		06
Limão		40
Padre Luiz		33
São José		25
Umburana da Onça		28
Boa Vitória	Bananeiras	20
Nossa Senhora de Fátima		42
Nossa Senhora do Livramento		63
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro		55

Santa Vitória		84
São Domingos		36
José Matias de Araujo	Dona Inês	17
Tanques		43
Varzea Grande		45
Zé Paz		33
Margarida Maria Alves	Juarez Távora	37
Novo Horizonte		30
Amarelinha de Cima	Pilõezinhos	17
Baixio do Riachão	Riachão	44
Nossa Senhora das Graças	Solânea	63
Vazante	Tacima	35
Total		1508

• **Região Geográfica – Borborema**

Assentamentos beneficiados com Contrato de Assistência Técnica:

Projeto de Assentamento	Município	Capacidade
Tabocal	Alagoinha	16
Emanoel Joaquim	Areia	30
Esperança		40
Socorro		45
União		59
Cícero Romana	Areial	11
Cícero Romana II		02
Cícero Romana / Lages		35
Cachoeira Grande	Aroeiras	33
Bom Jesus I	Barra de São Miguel	20
Novo Campo		23
Antonio Paulo	Boa Vista	44
José Jovem		40
Serra do Monte	Cabaceiras	101
José Antônio Eufrozino	Campina Grande	101
Santa Cruz		53
Venâncio Tomé de Araujo		43
Vitória		40
Belo Monte	Cubati	52
Dorcelina Folador		27
São Domingos I		30
Imbiras	Massaranduba	82
Cajá de Matinhas	Matinhas	36
Chã de Balsamo		42
João Pedro Teixeira	Mogei	32
Redenção	Pilões	94
Santa Maria		27
São Francisco I		28
Veneza		26
Cajazeiras	Serraria	50
Campo Verde II		35
Campos	Salgado de São Felix	130
Sítio Souza		50

Olho D'Água	Seridó	29
São Francisco III	Solânea	55
Total		1561

- **Região Geográfica – Curimataú**

Assentamentos beneficiados com Contrato de Assistência Técnica:

Projeto de Assentamento	Município	Capacidade
Gruta Funda	Algodão de Jandaíra	40
Paulo Freire I		50
Rosa de Luxemburgo		20
Celso Furtado	Areia	25
Campos Novos	Barra de Santa Rosa	67
Novo Riacho da Cruz		50
Quandu		47
Riacho da Cruz		150
Riacho do Sangue		30
Santa Rosa		20
Serrote Verde		35
Nossa Senhora das Dores	Cacimba de Dentro	16
Pequeno Richard	Campina Grande	50
25 de julho	Casserengue	12
Ernesto Che Guevara		13
Poço Verde		10
Santa Verônica	Damião	50
Florestan Fernandes	Pilões	41
Josué de Castro		17
Gravatá	Pocinhos	27
Primeiro de Maio		20
Corredor	Remígio	34
Irmã Dorothy Stang		18
Oziel Pereira		50
Queimadas		100
Trincheiras do Carnoió	Riacho de Santo Antônio	37
Pedro Henrique	Solânea	25
Padre Assis	Sossego	41
São Luis		47
Total		1142

- **Região Geográfica – Médio Sertão**

Assentamentos beneficiados com Contrato de Assistência Técnica:

Projeto de Assentamento	Município	Capacidade
Beira Rio	Camalau	29
Nossa Senhora Aparecida	Catingueira	65
Padre Luciano Dias de Moraes		36
São Sebastião		28
Cabano	Diamante	46

Lampião		37
Boa Fé	Imaculada	16
Cristo Redentor	Itaporanga	05
Padre Acácio Cartaxo Rolim	Malta	19
1º de Maio	Maturéia	20
Xique-Xique	Monteiro	40
Juazeiro I	Olho D'Água	50
Mãe Rainha II		20
Patativa do Assaré	Patos	60
Margarida Maria Alves	Pombal	46
Aroeira	Santa Terezinha	20
Dom Expedito Eduardo de Oliveira		50
Nego Fuba		30
Cachoeira	São José de Espinharas	40
Maria da Paz		40
Nova Espinharas		58
Nova Santana		24
Osiel Alves		25
Tiradentes I		35
Mundo Novo	São Mamede	24
Saco do Monte/Belmonte		22
Estrela Dalva	São Sebastião do Umbuzeiro	53
Maria Bonita		20
Poços de Baixo	Teixeira	45
Total		1003

- **Região Geográfica – Médio Sertão II**

Assentamentos beneficiados com Contrato de Assistência Técnica:

Projeto de Assentamento	Município	Capacidade
Ananias Pereira	Conceição	20
Nova Conquista I	Condado	51
Mata Verde	Diamante	26
Campo Comprido	Patos	86
Tubarão	São José do Bonfim	67
Nossa Senhora Aparecida II	São Mamede	30
Nova Vida I	Sousa	141
José Moreira da Silva	Taperoá	20
São Vicente	Várzea	50
Total		491

- **Região Geográfica – Alto Sertão**

Assentamentos beneficiados com Contrato de Assistência Técnica:

Projeto de Assentamento	Município	Capacidade
Acauã	Aparecida	114
Angélicas		34

Angélicas II		19
Veneza I		27
São Francisco II	Cachoeira dos Índios	21
Edvaldo Sebastião	Cajazeiras	19
Frei Beda		34
Frei Damião I		21
Mãe Rainha		28
Santo Antônio		32
Valdeci Santiago		64
Alto Alegre	Jericó	45
Fortuna		73
Saquinho		31
Cantinho	Lagoa	38
Santa Mônica I		35
Jerimum	Lastro	51
Juazeiro	Marizópolis	61
Curralinho	Paulista	40
Paxicu		36
Bom Jesus	Poço Dantas	22
Jacu	Pombal	40
Santa Mônica		27
Padre Cleides	Santa Helena	16
Paissandu	São Domingos de Pombal	27
Sarapó	São José da Lagoa Tapada	36
Zequinha	Sousa	20
Total		1011

3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento

A Superintendência Regional no atendimento dos Projetos de Assentamentos no Estado da Paraíba, tem procurado suprir as principais demandas existentes nos PA's, sejam elas de ordem de infra-estrutura, de ordem da concessão dos créditos produtivos, da ordem de definição espacial (parcelamento de lotes e perímetro), e ainda da regularização ambiental. Este atendimento da demanda visa ainda ir avançando nas fases do Projeto de Assentamento, até o momento que haja condições para sua consolidação. Atualmente, a referência para a demanda de consolidação dos PA's é a antiguidade dos mesmos.

3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor

A atividade de controle do gestor compreende o acompanhamento e recepção das informações provenientes dos asseguradores de ação (Infra-Estrutura, Terra-sol, Pronera, Crédito, ATES, Demarcação topográfica, Titulação). De posse destas informações, é possível realizar o acompanhamento das metas pré-definidas ao exercício, definir estratégias para correção/realinhamento da ação, e ainda identificar e propor à Diretoria de Desenvolvimento, suporte finalístico para casos emergenciais. Embora exista sistema informatizado para

acompanhamento das metas e execução, ainda identificamos deficiência tempestividade da coleta e análise das informações prestadas mensalmente.

3.3.6 Indicadores

Quadro 10 - Indicadores do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;.	$=(999/472)*100$
				Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra Rel. 229.	
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – Fonte Módulo de monitoramento.	$=(103/268)*100$
				Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra – relatório 227.	
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;	sinf
				Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra Rel. 233 .	

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	sinf
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR;	$= (10.641/13.198) * 100$
				Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra relatório 229 em 12.01.2013	13.198
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	$= (271/13.198) * 100$
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra Rel 229.	$= (1.388/13.198) * 100$

3.3.7 Para Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste

Atendido no item de diagnóstico de infra-estrutura.

3.3.8 Para as Superintendências da Região Sudeste e Sul

Não se encaixa para SR-18/Paraíba.

3.3.9 Para as Superintendências da Região Sudeste e Sul

Não se encaixa para SR-18/Paraíba.

3.4 Para as Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal

Não se encaixa para SR-18/Paraíba.

4 Prestação Direta de Serviços ao Público

4.1 Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo

A Superintendência faz um permanente atendimento ao público externo que procura o INCRA, principalmente através da Sala da Cidadania que tem a função de gerenciar as atividades e facilitar o atendimento ao cidadão; recepção de Declaração para Cadastro de Imóvel Rural (DP), Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), declarações para concessão de benefícios do INSS, esclarecimentos sobre reforma agrária e atualizações de dados no Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA).

Em decorrência do nosso atendimento ser permanente, não temos uma meta estabelecida, mas o objetivo do órgão é o atendimento universal a todos que necessitam dos seus serviços.

Abaixo estão relacionados os dados quantitativos referentes às atividades prestadas na Sala da Cidadania desta SR durante o ano de 2013:

CIDADÃO/TIPO DE ATENDIMENTO	Nº. DE SOLICITAÇÕES	ATENDIDOS	DILIGÊNCIA
ASSENTADO/CERTIDÃO	3.954	3.954	-
PROPRIETÁRIO RURAL/SNCR	963	926	37
PROPRIETÁRIO RURAL/CCIR	-	26* C/Protocolo	-
PROPRIETÁRIO RURAL/ DECLARAÇÃO DE			

APOSENTADORIA	23	23	-
----------------------	----	----	---

(*) – Os dados quantitativos da emissão de CCIR aqui apresentados são bem menores com relação à emissão diária na Sala da Cidadania, devido os proprietários comparecerem ao INCRA sem o Protocolo de Entrega e Notificação para controle.

4.2 Principais atividades de controle do Gestor

A Superintendência faz a tramitação dos processos tanto do público externo, como dos processos internos da autarquia por meio de sistema eletrônico de processos – SISPROT. Além disso, a própria Sala da Cidadania tem o seu próprio controle de atendimentos e serviços prestados ao público através de planilha informatizada.

5 Gestão de Pessoas

5.1 Distribuição de servidores

SR-18/Divisão (distribuição de servidores)	Quantidade Distribuída
Gabinete Superintendência/G	28
Divisão de Administração/A	23
Divisão de Desenvolvimento/D	37
Divisão de Obtenção de Terras/T	19
Divisão de Regularização Fundiária/F	17
Procuradoria Regional/J	4
Total de servidores	128

5.2 Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR

O clima organizacional corresponde às percepções que os colaboradores possuem da organização, referindo-se às propriedades motivacionais presentes na mesma, influenciando de forma positiva na qualidade e na produtividade do trabalho. Considerando nossa estratégia como a motivação um ato que tem o intuito de levar a pessoa a fazer algo a partir da exposição de motivos ou causas, podemos considerar que o papel desta autarquia no processo de motivação é extremamente importante, pois é necessário que haja razão para haver a motivação, e é nesse momento que damos importância há capacitações de servidores no intuito de desempenho de competências, onde através da percepção que os mesmos têm da organização, ou seja, da percepção do clima organizacional. Dessa forma, os principais resultados foram utilizados em ferramentas de monitoramento do clima organizacional que se tornaram importantes por ajudarem a elevar o nível

de satisfação dos colaboradores, assim, estes se sentem ouvidos, respeitados e, principalmente, participantes da melhoria institucional.

5.3 Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

O conhecimento está associado à criação, construção manutenção e mudança que o homem propicia ao ambiente em que atua, utilizando-se de dados e informações consideradas relevantes, onde o homem é o principal condutor do conhecimento, em geral ele não o faz sozinho, pois age de forma a propiciar, compartilhar seus ensinamentos com os demais indivíduos. Assim, a estratégia de atuação tem seu foco na capacitação de servidores para desempenharem seu conhecimento organizacional adquirido com os demais indivíduos, e, continuarem modificando seus conhecimentos através da interação com outros membros da organização. A Divisão de Desenvolvimento no final do exercício de 2013, começou a implantar um projeto, através de Ordem de Serviços onde os técnicos de todos os setores da divisão passam a trabalhar conjuntamente objetivando uma melhoria de atendimento aos projetos de assentamento, separando os lotes por regiões, como: Sertão, Curimataú, Agreste, Médio Sertão, etc., com isso, será disseminado conhecimento e aprendizagem continua e de um todo para estas equipes implantadas.

5.4 Recursos humanos da unidade

5.4.1 Composição do quadro de servidores ativos

Quadro 11: Composição do quadro de servidores ativos.

SR-18/PB UPAG 825

Tipologias dos Cargos	Lotação	Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	116	1	15
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	116	3	15
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	114	3	10
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	0	5
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0
2. Servidores CLT (Anistiados)	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	7	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	123	1	15

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

Observação: 7 aposentadorias ocorridas em dezembro/13 registradas após o fechamento da folha de pagamento

5.4.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Quadro 12: Composição do quadro de servidores inativos.

SR-18/PB UPAG 825

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	65	9
1.1 Voluntária	55	9
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	10	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	27	0
2.1 Voluntária	27	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	92	9

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

Observação: 7 aposentadorias ocorridas em dezembro/13 registradas após o fechamento da folha de pagamento

Quadro 13: Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.

SR-18/PB UPAG 825

Regime de proventos do Servidor instituidor	Quantidade	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	32	0
1.1 Integral	25	0
1.2 Proporcional	7	0
2. Em Atividade	10	3
3. Total (1+2)	42	3

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.4.3 Composição do quadro de estagiários e custos relacionados

Quadro 14: Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.

SR-18/PB UPAG 825

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	
Nível superior	10	12	11	11	R\$ 67.434,22
· Área Fim	4	6	5	5	R\$ 31.031,48
· Área Meio	6	6	6	6	R\$ 36.402,74
Nível Médio	4	5	6	6	R\$ 21.769,67
· Área Fim	1	2	3	4	R\$ 9.705,05
· Área Meio	3	3	3	2	R\$ 12.064,62
TOTAL	14	17	17	17	R\$ 89.203,89

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.4.4 Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa

Quadro 15: Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa.

SR-18/PB – UPAG 0825										
Tipologias TIPOLOGIAS	Vencimento e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais Despesas de Exercícios Anteriores	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistências e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
SERVIDORES DE CARREIRA	R\$ 8.617.316,25	R\$ 138.781,09	R\$ 755.998,47	R\$ 245.427,27	R\$ 1.845.447,87	R\$ 702.507,33	R\$ 2.648,74	R\$ 49.117,19	R\$ 66.613,59	R\$ 12.423.857,80
SERVIDORES OCUPANTES DE DAS		R\$ 250.512,24	R\$ 1.500,00		R\$ 84.204,99					R\$ 336.217,23
SERVIDORES OCUPANTES DE FG		R\$ 10.279,43								R\$ 10.279,43

5.4.5 Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa

Quadro 16: Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA													
UG/Gestão: 373047/37201								CNPJ: 00.375.972/0022-95					
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	27/2009	02.322.136/0001-43	31/12/2012	30/08/2013			9	9			A
2013	12	O	21/2013	02.011.310/0001-37	22/07/2013	21/07/2014			23	23			A

2009	9	O	19/2009	10.548.761/0001-36	17/06/2012	16/06/2013	1	1	1	1			A
2011	4	O	38/2011	10.548.761/0001-36	17/07/2012	16/07/2013			4	4			A
2012	3	O	63/2011	06.347.226/0001-40	02/01/2013	01/01/2014			2	2	2	2	A

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

5.4.6 Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício

Quadro 17: Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.

Tipos de Atos	Número de eventos ocorridos no exercício
Admissão	1
Desligamento	
Concessão de aposentadoria	9
Concessão de pensão	3
Total	13

5.4.7 Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal

PERSPECTIVA DE APOSENTADORIAS CONSIDERANDO IDADE LIMITE

UNIDADE	UPAG	2014		2015			2016			2017			2018		
		QTDE	25%	SALDO	QTDE	25%	SALDO	QTDE	25%	SALDO	QTDE	25%	SALDO	QTDE	25%
SR-18/PB	000000825	40	10	30	5	9	26	3	7	22	3	6	19	8	7
TOTAL		40	10	30	5	9	26	3	7	22	3	6	19	8	7

Observação: QTDE = Quantitativo de servidores que completaram idade limite para aposentadoria (Homem/60 anos e Mulher/55 anos)

5.4.8 Indicadores Gerenciais sobre Pessoal

Quadro 18: Indicadores Gerenciais sobre Pessoal.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários (123) no nível de agregação.) multiplicado por 100.	Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	9,75%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	11,16 horas/funcionário capacitado

5.4.9 Análise crítica sobre a distribuição de servidores

Sob a jurisdição do Incra/SR/18, há 300 projetos de assentamentos, perfazendo aproximadamente 16.000 mil famílias atendidas. Por esta razão, e o quadro existente ser pequeno, a Divisão de Desenvolvimento conta com lotação de apenas 25% dos servidores. Fica a perspectiva de aumento do quadro existente, pela necessidade e redistribuição que será feita no exercício 2014, podendo causar diminuição em outros setores.

6 Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil

6.1 Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres

Segue quadro consolidado sobre as transferências executadas pela Superintendência regional: (página seguinte)

ITEM	SMF1	Nº PROC.	CONVENENTE	SITUAÇÃO ATUAL (ÚLTIMO ANDAMENTO)
1	336540	54320.001955/97-32	09307729000180 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS MINERAIS DA PB	Inadimplência Suspensa - ACÓRDÃO 942/2011-TCU-1ª Câmara, de 15 de fevereiro de 2011, determinou o arquivamento do processo de TCE, entretanto surgiram questionamentos quanto ao destino do processo original. Encaminhado Memo/INCRA/SR-18/G/Nº 073, DE 25/05/2011, a Auditoria Interna do INCRA sobre as providências subsequentes.
2	481339	54320.000402/2003-71	02802076000166 COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS DOS ASSEN - COOPTECARA	Inadimplência Efetiva - Comunicada a conveniente, conforme OFÍCIO/INCRA/SR-18/G/Nº 1692, /2011, de 12/12/2011. Encaminhado ao Gabinete para instauração da TCE-Dia da TCE 12/12/11.
3	484489	54320.000665/2003-81	08667750000123 FUNDAÇÃO JOSE AMERICO	Inadimplente - Rescisão do parcelamento; a Procuradoria Federal da Paraíba/PB promoveu o ajuizamento de Execução Fiscal para cobrança da dívida no valor de R\$104.216,60, imputada à FJA. Processo judicial número 000196920134058200, de 24/05/2013.
4	499177	54320.000323/2004-41	02802076000166 COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS DOS ASSENTAMENTOS-COOPTECARA.	Inadimplente - TCE Nº 54320.000958/2010-97, Encaminhado a Auditoria Interna do INCRA, Conforme MEMO/SR-18/PB/G Nº 007/2012, DE 04/01/2012, Tramitação SISPROT em 09/01/2012.
5	510273	54320.000957/2004-02	086677500001123 FUNDAÇÃO JOSE AMERICO	Inadimplente - Rescisão do parcelamento; a Procuradoria Federal da Paraíba/PB promoveu o ajuizamento de Execução Fiscal para cobrança da dívida no valor de R\$6.508,70, imputada à FJA. Processo judicial número 000196920134058200, de 24/05/2013.
6	511149	54320.001103/2004-35	086677500001123 FUNDAÇÃO JOSE AMERICO	Inadimplente - Rescisão do parcelamento; a Procuradoria Federal da Paraíba/PB promoveu o ajuizamento de Execução Fiscal para cobrança da dívida no valor de R\$53.452,59, imputada à FJA. Processo judicial número 000196920134058200, de 24/05/2013.
7	511150	54320.001099/2004-13	086677500001123 FUNDAÇÃO JOSE AMERICO	Inadimplente - Rescisão do parcelamento; a Procuradoria Federal da Paraíba/PB promoveu o ajuizamento de Execução Fiscal para cobrança da dívida no valor de R\$27.110,54, imputada à FJA. Processo judicial número 000196920134058200, de 24/05/2013.
8	511816	54320.001263/2004-84	086677500001123 FUNDAÇÃO JOSE AMERICO	Inadimplente - Rescisão do parcelamento; a Procuradoria Federal da Paraíba/PB promoveu o ajuizamento de Execução Fiscal para cobrança da dívida no valor de R\$23.889,66, imputada à FJA. Processo judicial número 000196920134058200, de 24/05/2013.
9	512008	54320.001357/2004-53	06027869000106 COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS DE ASSISTENCIA TECNICA E... CAPTAR	Inadimplência Efetiva - TCE instalada em 14/04/14, processo nº54320.000137/2014-84.
10	512763	54320.001353/2004-75	01731972000119 COOPERATIVA DE APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES DE GESTÃO E PRODUÇÃO LTDA - COAGEP	Inadimplência Suspensa - Firmado reparcelamento de débito em 02/03/2012. Pagamentos das parcelas atualizados.
11	513121	54320.001565/2004-52	02802076000166 COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS DOS ASSEN... COOPTECARA.	Temos informações que foi instaurado o processo de Cobrança Judicial, entretanto, a Procuradoria e a AGU não soube informar o nº do mesmo. Conforme encaminhamento da PJ, em 08/10/2009.
12	513127	54320.001519/2004-53	05026660000165 ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL MISTA DO MUNICIPIO DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO - ADREMMCES	Inadimplente - Procedimentos de TCE Nº 54320.000206/2008-10, concluído e encaminhado ao TCU em 09/01/2009.
13	526425	54320.001222/2005-79	03083952000141 ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO AGRICOLA DO ESTADO DA PARAIBA ACA	Inadimplente - Após questionamento Judicial a PJ Regional se manifestou que: "...NÃO HÁ QUALQUER ÔBICE JUDICIAL À INSTAURAÇÃO DA TCE (FL. 506-V - 27/12/2010). Encaminhado ao Gabinete para instalação do processo de TCE.
14	527001	54320.000767/2005-68	086677500001123 FUNDAÇÃO JOSE AMERICO	Inadimplente - Houve Rescisão do parcelamento; a Procuradoria Federal da Paraíba/PB promoveu o ajuizamento de Execução Fiscal para cobrança da dívida no valor de R\$15.089,48, imputada à FJA. Processo judicial número 000196920134058200, de 24/05/2013.
15	527813	54000.001237/2005-50	086677500001123 FUNDAÇÃO JOSE AMERICO	Inadimplência Efetiva - Houve Rescisão do parcelamento. A Procuradoria Federal da Paraíba/PB promoveu o ajuizamento de Execução Fiscal para cobrança da dívida - processo Nº 0001969201334058200, de 24/05/2013.
16	534712	54320.000388/2005-78	086677500001123 FUNDAÇÃO JOSE AMERICO	Inadimplente - Houve Rescisão do parcelamento; a Procuradoria Federal da Paraíba/PB promoveu o ajuizamento de Execução Fiscal para cobrança da dívida no valor de R\$251.866,60 imputada à FJA. Processo judicial número 000196920134058200, de 24/05/2013.
17	571067	54320.000477/2006-03	02083952000141 ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO AGRICOLA DO ESTADO DA PARAIBA ACA	Inadimplente - Encaminhado a Procuradoria Jurídica Regional, com vista a AGU para cobrança judicial sobre o processo judicial nº0004208692012.4058200. Autuado em 22/08/2012.
18	572755	54320.000475/2006-14	02083952000141 ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO AGRICOLA DO ESTADO DA PARAIBA ACA	Inadimplente - Encaminhado a Procuradoria Jurídica Regional, com vista a AGU para cobrança judicial. Processo judicial de número 0009483042009.4058200 Autuado em 11/12/2009.
19	595206	54320.001076/2007-43	02083952000141 ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO AGRICOLA DO ESTADO DA PARAIBA ACA	Inadimplente - Por meio da Seção de Cobrança e Recuperação de Créditos da Procuradoria Federal/PB, ajuizou Execução Fiscal contra a ACA/PB, promovendo a cobrança de R\$ 11.353,22, referente à inscrição da dívida ativa efetuada em razão do parcelamento descumprido sob o processo judicial de número 0004176642012.4058200. Autuado em 23/08/2012.
20	626813	54320.000322/2008-21	INSTITUTO DE TERRAS E PLANEJAMENTO AGRICOLA DO ESTADO DA PARAIBA - INTERPA	Adimplente- Concluída a análise da prestação de contas, encaminhado a Contabilidade Geral em Brasília. Retomando em 28/01/2013 para decisão do gestor Regional. Notificou a entidade para devolução de recursos em 28/02/2014 através do OFÍCIO/INCRA/SR-18 G/Nº064/2014.

Quadro 19: Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
CNPJ:					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	

LEGENDA	
Modalidade: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso	Situação da Transferência: 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado

Fonte:

Quadro 20: Informações sobre transferências realizadas.

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome:			
CNPJ:		UG/GESTÃO:	
Situação	Status	Quantidade	Valores Globais (R\$)
Instrumentos vigentes	A aprovar	0	0
	A comprovar	0	0
	Total	0	0
Instrumentos com prazo de vigência expirado (vencidos)	A aprovar	7	917.858,15
	A comprovar	0	0
	Total	7	917.858,15

6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR

Este assunto já foi abordado no item 3.2.4 deste relatório.

6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber

A conta 1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos, registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Preocupado com a arrecadação dos valores repassados aos assentados, bem como no atendimento às recomendações dos Órgãos de Controle, a Presidente da Autarquia, determinou o desenvolvimento do SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação.

Em agosto de 2013, foi concluído o **Módulo Cadastro do SNCCI**, permitindo às Superintendências Regionais iniciar o processo de alimentação dos créditos aplicados, após o saneamento processual em curso e recebimento do treinamento devidos e senhas de acesso. Etapa necessária para podermos iniciar a devida cobrança de forma sistematizada e sua consequente baixa contábil no Siafi.

Dando continuidade ao SNCCI e logo após a conclusão do Módulo Cadastro, foi dado prosseguimento ao Módulo Cobrança, o qual será o responsável por emitir todas as guias de recolhimentos, além de evidenciar a situação financeira individual dos assentados.

Para dar início ao desenvolvimento do Módulo Cobrança, foram realizadas inúmeras reuniões com o Banco do Brasil e com a Secretaria do Tesouro Nacional, visando dirimir questões

quanto aos valores mínimos por GRU emitida, recebimento do arquivo retorno dos pagamentos efetuados pelos assentados, dentre outros assuntos inerentes à cobrança.

Superadas todas as dificuldades o Módulo Cobrança, os trabalhos foram divididos em 3 partes (iterações 1, 2 e 3), visando facilitar o desenvolvimento do aplicativo. As Iterações 1 e 2 dizem respeito à geração da GRU e do processo de cobrança em si. A Iteração 3, focou os relatórios gerenciais, **bem como o cálculo da provisão para devedores duvidosos.**

A previsão inicial para conclusão de todas as iterações (1, 2 e 3) era de 31 de março de 2014. Contudo, em 26 de dezembro de 2013, foi editada a Medida Provisória 636, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências; trazendo mudanças significativas ao desenvolvimento do Módulo Cobrança que estava em fase final de conclusão.

Segundo os artigos 1º a 6º da referida MP fica estabelecido critérios e condições para remissões, liquidações e renegociações dos créditos, nas mais diversas modalidades, concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013.

Diante deste fato, faz-se necessário uma readaptação de todos os procedimentos, tendo em vista que dos valores inscritos no SIAFI "inversão financeira" com valor aproximado de R\$ 7,2 bilhões. Em estudos já realizados pela Diretoria de Desenvolvimento e, diante das regras definidas no marco regulatório, estima-se que cerca de 30% serão remitidos, por estarem incluídos na previsão do Art. 3º, ou seja, valores originalmente concedidos, em uma ou mais operações, somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por beneficiário.

Ressalte-se, inclusive, que desde o momento em que começou a ser desenvolvido o SNCCI, esta Autarquia noticiou à Controladoria-Geral da União – CGU e ao Tribunal de Contas da União – TCU, tendo sido realizadas desde 2011 inúmeras reuniões, onde foram apresentados os avanços, dirimidas dúvidas, de modo que todo o processo de construção do sistema, por mais complexo que se apresentasse, fosse de amplo conhecimento de todas as partes em tela citadas.

Após o estudo acurado da Medida Provisória, novo cronograma de conclusão do Módulo Cobrança foi realizado, bem como foi apresentado ao TCU um plano de ação, considerando as necessidades de ajustes a serem realizados, conforme segue:

Ação a ser implementada	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
--------------------------------	---------------------------------	---------------------------------------

Realização de Projeto-Piloto (SR-18/PB) para elaboração de metodologia de remissão e renegociação dos créditos em atendimento à Medida Provisória, bem como a elaboração de Roteiro Contábil a ser replicado nacionalmente.	31/mar/2014	DA/DD
Publicação de listagem de Famílias Assentadas do Programa Nacional de Reforma Agrária que não receberam créditos. Público Estimado: 23.000 famílias	20/abr/2014	DD
Liquidação de Dívidas de Assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária acima de R\$ 10.000,00. Público Estimado: 9.888 famílias	31/mar/2016	DD
Renegociação de Dívidas decorrentes do Crédito Instalação – Habitação. Rebate de 96% e renegociação. Público Estimado: 60% das famílias	31/dez/2017	DD
Remissão de Famílias que receberam Crédito Instalação (estornados os Créditos Habitação) abaixo de R\$ 10.000,00. Público Estimado: 99% das famílias	31/mar/2016	DD
Revisão e finalização das regras de negócio das Iterações 01 (cadastro de modalidades e operações) e 02 (emissão de GRU) em virtude da edição da MP 636/2013.	30/jun/2014	DA
Revisão e finalização das regras de negócio da Iteração 03 (relatórios gerenciais, remissão ou renegociação de dívidas e provisão para devedores duvidosos)	31/dez/2014	DA/DD

Por fim é importante frisar que após a realização do projeto piloto na SR-18 (Paraíba), serão realizadas atividades em mais 12 polos no Brasil, com a participação dos técnicos das SRs que não serão visitadas para aprenderem na prática os procedimentos para as remissões, baixas contábeis na conta **1.2.2.4.9.10.00**, manuseio do Sistema Nacional de Cobrança do Crédito

Instalação - SNCCI e demais procedimentos. A intenção destes polos é dá a iniciativa dos trabalhos com a metodologia: "aprenda a fazer fazendo".

A conta **1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceiros**, registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Atualmente o processo de arrecadação de tais créditos é feito em cada Superintendência Regional, a qual após realizar o cálculo do valor devido, emite GRU – Guia de Recolhimento da União e repassa ao assentado para pagamento.

Os montantes arrecadados diretamente em 2013 foram os seguintes:

Receitas Diretamente Arrecadadas

Fonte	Natureza	Descrição da Natureza	Código GRU	Previsto	Arrecadado
250	13153000	Taxa de ocupação	28804-7	88.758	66.438
250	16001300	Serviços administrativos	28830-6	50.852	206.429
250	19192700	Multas previstas em contratos	28867-5	-	25.113
250	19199900	Outras multas	28848-9	234.506	439.611
250	19189900	Multas e juros de mora de outras receitas	28891-8	-	
250	19229900	Outras resituições	28852-7	3.982.024	5.319.221
250	22190000	Alienação de outros bens móveis	28868-3	332.520	-
250	22210000	Alienação de imóveis rurais p/od. ref. agrária	28874-8	25.967.835	33.058.348
280	23009900	Amortização de Empréstimos Diversos	48807-0	347.979	589.355
TOTAL				31.004.474	39.704.515

Inobstante à arrecadação superavitária e como forma de alavancar ainda mais a arrecadação própria, bem assim melhorar o atendimento aos assentados, **a Presidência desta Autarquia determinou a criação de um aplicativo denominado – Módulo Cobrança do Título – integrado ao Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI**, cujo cronograma desenvolvimento é o seguinte:

Ação a ser implementada	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Estudo, compilação e atualização das normas atinentes ao à cobrança do título	31/12/2014	DA/PFE/PRESID
Elaboração de requisitos para construção do Módulo Cobrança do Título	30/06/2015	DA/PRESI
Confecção do Módulo Cobrança do Título	31/12/2015	DA/DE/PRESI

Ressalte-se que este aplicativo permitirá um maior controle e agilidade na emissão da GRU, contribuindo sobremaneira para o aumento da arrecadação, além de facilitar o acesso pelo assentado das guias para pagamento e declaração de quitação de débitos.

6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR

No caso da área contábil as atividades desenvolvidas obedecem ao disposto na legislação vigente (tributária, contábil, dentre outras). Os processos destinados ao pagamento são previamente liquidados, sendo efetuada a retenção dos tributos e encaminhamento para pagamento, desde que a empresa esteja em dias com suas certidões e após parecer da área técnica, atestando que os serviços/produtos adquiridos foram entregues conforme o contratado.

Cotidianamente é realizado o saneamento de inconsistências contábeis verificadas no CONCONTIR, por meio da utilização de orientações contidas nas macrofunções de regularização contábil emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e demais orientações recebidas da Sede.

Nos processos de repactuação contratual encaminhados ao setor contábil, são calculados os reajustes a que as empresas terceirizadas têm direito, levando-se em conta o disposto em convenção coletiva de trabalho e legislação aplicável.

Mensalmente é realizada a conformidade contábil, sendo inclusa as restrições constatadas, quando existentes. Além disto, o setor financeiro trabalha em conjunto com o Contábil no saneamento das restrições afetas às suas áreas de competências.

Os demais processos e demandas são tratados pontualmente, à medida que são enviadas ao setor contábil e financeiro, sendo restituídas as áreas interessadas com a maior brevidade possível, observados os dispositivos legais aplicáveis.

7 Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

7.1 Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência

Quadro 21: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL.

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			

3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	

29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica:					

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
(2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
(3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
(4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.

7.2 Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos

A Superintendência mantém reuniões permanentes do Conselho de Desenvolvimento Regional – CDR, composto pelos chefes da Superintendência para discutir o andamento da execução realizada e o aprimoramento da gestão, visando a maximização da força de trabalho com a escassez de recursos e pessoal. Além dessas reuniões, mantemos o Sistema de Informações Rurais – SIR, com o monitoramento da execução mensal das atividades.

O alvo principal das reuniões e o acompanhamento contínuo da execução está sempre vinculado ao comparativo com as metas traçadas e o Plano de Ação do Órgão.

7.3 Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações

Através da Resolução/INCRA/CD/ 15, de 03 de agosto de 2009 e Instrução Normativa nº 55, de 3 de agosto de 2009, que estabeleceram diretrizes para realização do Monitoramento e Avaliação das principais ações desenvolvidas pelo INCRA, deu-se continuidade, sob coordenação da Diretoria de Gestão Estratégica, ao monitoramento das ações sob responsabilidade da Superintendência. Os dados coletados sobre a execução física são inseridos no Módulo pelos Asseguradores de Planejamento até o 10º dia do mês seguinte à execução, e os Superintendentes Regionais validam as informações inseridas até o 15º dia do mês.

Aprimoramos esse controle e monitoramento da execução disciplinando através de Ordem de Serviço designando a responsabilização individual e o envio de cada informação mensalmente, inclusive com a fixação de prazos para envio e análise das informações.

7.4 Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos

Vide item 6.3 do Relatório de Gestão.

7.5 Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais

Especificamente no exercício de 2013 não foi aberto nenhum processo de Tomada de Contas Especiais.

8 Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas

8.1 Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício.

Houve o Acórdão N° 4058/2013 – TCU – 1ª Câmara, a cerca do mesmo a Superintendência Regional tomou conhecimento recentemente e através dos setores competentes está tomando as providências necessárias para o pleno cumprimento das recomendações.

8.2 Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior

- 1) **Recomendação CGU:** Incluir, por meio de aditivo ao contrato CRT/Incra/PB/n° 63/2011, a cláusula de garantia prevista no edital do pregão n° 06/2011.

Providência adotada pela SR-18: A Divisão de Administração já provocou a Procuradoria Jurídica para providenciar a análise e feitura do Aditivo para sanar o problema.

- 2) **Recomendação CGU:** Cadastrar e manter atualizados os registros no Sistema CGU-PAD da totalidade dos processos disciplinares instaurados no âmbito da Unidade, atentando à qualidade dos dados registrados, bem como à tempestividade exigida por meio do art. 1º, § 3º, da Portaria n° 1.043, de 24/07/2007.

Providência adotada pela SR-18: O Superintendente já determinou formalmente desde o exercício de 2013 o imediato cumprimento da recomendação ao Setor competente.

- 3) **Recomendação CGU:** Cadastrar as fases processuais e os nomes dos agentes supostamente envolvidos nas irregularidades apuradas no processo n° 54320.000212/2011-64.

Providência adotada pela SR-18: O Superintendente já determinou formalmente desde o exercício de 2013 o imediato cumprimento da recomendação ao Setor competente.

4) **Recomendação CGU:** Implementar as recomendações emanadas pela CGU por meio do Relatório de Auditoria nº 201203482, itens 1.1.1.1 e 3.1.1.1.

Providência adotada pela SR-18: Os procedimentos para o pleno atendimento as recomendações estão sendo todos providenciados. Quanto ao item 1.1.1.1 nos processos licitatórios já está sendo observado o critério de sustentabilidade ambiental, já no item 3.1.1.1 como consta da última resposta a CGU/PB a Superintendência depende também de procedimentos de outros Órgãos como a Prefeitura Municipal de João Pessoa e já solicitamos também um apoio da Delegacia do Patrimônio da União para resolução do problema.

5) **Recomendação CGU:** Recomenda-se que o INCRA/PB atualize a avaliação do imóvel RIP nº 2051001335001 e institua rotinas para que o procedimento seja realizado com a periodicidade estabelecida na Orientação Normativa GEADE-004/2003 e na Macrofunção 020330 do Siafi, de forma a atender à seguinte observação: a avaliação dos imóveis para fins cadastrais e contábeis é válida pelo prazo de 2 anos, conforme Orientação Normativa GEADE-004/2003; , segundo o Manual do SIAFI (Macrofunção “020330”), as reavaliações devem ser feitas utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado na data de encerramento do Balança patrimonial , pelo menos a cada 4 anos, para as contas ou grupos de contas cujos valores de mercado não variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados.

Providência adotada pela SR-18: Os procedimentos para o pleno atendimento a recomendação estão sendo todos providenciados. Na última resposta a CGU/PB a Superintendência informa que depende também de procedimentos de outros Órgãos como a Prefeitura Municipal de João Pessoa e já solicitamos também um apoio da Delegacia do Patrimônio da União para resolução do problema.

6) **Recomendação CGU:** Instituir rotinas junto ao Serviço de desenvolvimento Humano da Superintendência no sentido de que sejam cumpridos os prazos estabelecidos na IN/TCU nº 55/2007 para registro no Sistema SISAC das informações relativas às aposentadorias e às pensões concedidas no âmbito da Unidade, como também para o envio ao Controle Interno dos processos físicos correspondentes.

Providência adotada pela SR-18: O Superintendente determinou a Divisão de Administração o imediato atendimento a recomendação da CGU, vários processos foram remetidos já a CGU/PB e a recomendação está sendo atendida.

7) **Recomendação CGU:** Instituir procedimentos de controle que assegurem a publicidade aos certames, em cumprimento ao disposto no Inciso III, Art. 21, da Lei 8.666/93.

Providência adotada pela SR-18: Nos certames ocorridos no exercício de 2013 foi dada ampla divulgação, adicionalmente a partir da publicação em Jornal de grande circulação no Estado.

8) **Recomendação CGU:** Determinar ao gestor-fiscal que realize as medições dos serviços, inspecionando in loco e verificando a sua realização, e que encaminhe as faturas apresentadas, pela contratada, devidamente atestadas ao setor de obras.

Providência adotada pela SR-18: Foi recomendado aos gestores a adoção dos procedimentos.

9) **Recomendação CGU:** Acostar aos autos a consulta prévia ao SICAF, fazendo-se cumprir o disposto na Instrução Normativa MP nº 2, de 30 de abril de 2008, Art. 36, § 1º, Inciso II.

Providência adotada pela SR-18: O procedimento vem sendo cumprido pelo setor competente da SR-18/PB.

10) **Recomendação CGU:** Instruir o processo com os registros fotográficos dos galpões e, caso de fato os objetos não tenham sido executados, que seja providenciada a devolução dos valores.

Providência adotada pela SR-18: Recomendação encaminhada, pendente de conclusão.

11) **Recomendação CGU:** Aplicar as penalidades previstas no Contrato nº 18/2012, constantes da Cláusula Décima Sexta. Item 5, da Cláusula Décima Sexta, Item 2.2 e da Cláusula Décima Sexta, Item 1.2.

Providência adotada pela SR-18: Procedida a intimação/notificação à empresa Impermanta Ltda para recolhimento de valores decorrentes da aplicação das mencionadas cláusulas – Pendente de conclusão (Análise da Procuradoria Jurídica sobre penalidade e recurso da empresa).

12) **Recomendação CGU:** Instituir rotinas para incluir, nos editais dos processos licitatórios, os critérios de sustentabilidade dispostos na IN STLI/MPOG nº 01/2010.

Providência adotada pela SR-18: A rotina já vem sendo observada nos editais a serem lançados pela Superintendência Regional.

13) **Recomendação CGU:** Abster-se de celebrar novos contratos, ou renovar os atuais, com entidades que possuam em seu corpo diretivo, dirigentes ou ex-dirigentes de entidades declaradas impedidas em cumprimento ao que dispõe o Decreto nº 7.592/2011.

Providência adotada pela SR-18: A recomendação já vem sendo observada e cumprida pela Superintendência Regional.

14) **Recomendação CGU:** Abster-se de publicar editais de chamdas públicas de ATER sem detalhar, suficientemente, os custos unitários dos serviços obtidos em pesquisa de preços de mercado.

Providência adotada pela SR-18: Recomendada a observância, a partir do conhecimento das análises contidas no Relatório Anual de contas/2012.

15) **Recomendação CGU:** Abster-se de publicar editais de chamadas públicas de ATER nos quais haja previsão de contratar cooperativas de trabalho com adição do percentual dos 15% (quinze por cento), referentes à contribuição previdenciária patronal, sobre o total do custo médio por família.

Providência adotada pela SR-18: Recomendada a observância do apontamento ao Setor de ATES.

16) **Recomendação CGU:** Com relação aos itens nos quais foi detectado sobre preço, proceder ao levantamento, caso tenha havido pagamento, do superfaturamento e providenciar a reposição dos valores ao erário.

Providência adotada pela SR-18: Atendido, entidades recolheram os valores identificados pela CGU como sobrepreço.

17) **Recomendação CGU:** Proceder à instauração da Tomada de Contas Especial para os Convênios SIAFI nºs 481339, 512008 e 626813.

Providência adotada pela SR-18: Procedimento em andamento para todos os processos. Estão sendo tomadas todas as medidas administrativas necessárias.

18) **Recomendação CGU:** Adotar providências para apreciação tempestiva das prestações de contas dos convênios celebrados pela Unidade.

19) **Providência adotada pela SR-18:** Providências em andamento.

9 Ouvidoria

A Ouvidoria Agrária Regional da Superintendência do INCRA no Estado da Paraíba, realizou diversas atividades que possibilitaram atender, ressalvadas nossas limitações, os trabalhadores rurais paraibanos assentados e acampados, público alvo do Programa Nacional de Reforma Agrária do Brasil.

Nossas iniciativas sempre foram pautadas na defesa deste grupo populacional fragilizado, muitas vezes, objeto de escárnio de parte da sociedade. Tivemos em mira ações que pudessem aliviar o clamor que paira amiúde nos campos dos recônditos da Paraíba, atuando na prevenção e solução dos conflitos agrários, propondo correção de equívocos nas omissões ou abusos cometidos, vislumbrando ratificar o compromisso do MDA/INCRA em zelar no atendimento com presteza, cortesia e respeito às famílias ora residentes nos Assentamentos e Acampamentos espalhados em nosso Estado, agindo com integridade, transparência, imparcialidade e justiça.

- **Assistência nos acampamentos**

1) Foram entregues até a presente data, 76 (setenta e oito) rolos de lona plástica aos trabalhadores em 56 (cinquenta e seis) Acampamentos localizados nas regiões da Zona da Mata Norte e Sul, Território da Cidadania da Borborema, Vale do Piancó, Sertão, Alto Sertão, Médio Piranhas, Vale do Paraíba, Território do Cariri Ocidental e Seridó.

2) Emitimos aproximadamente 58 (cinquenta e oito) Declarações aos acampados para fins de aposentadoria.

3) Realizou-se acompanhamento de todas as reintegrações de posse decretadas pela Justiça de imóveis rurais ocupados para assegurar uma pacífica e ordeira retirada dos trabalhadores rurais envolvidos.

4) Nas manifestações de reivindicações onde ocorreram bloqueio das BR's 230 e 361 no mês de Julho, estivemos presentes para buscar entendimento com as lideranças ali presentes, bem como em 09/08 quando ficou interditada a Br 101 nos dois sentidos.

5) Durante a ocupação realizada no Centro Administrativo do Governo do Estado da Paraíba, a Ouvidoria esteve presente para garantir que integridade dos trabalhadores fosse respeitada, bem como para dialogar com o Comandante da Polícia Militar do Estado no sentido de

negociar uma retirada ordeira, sem excessos da Segurança Pública. O desfecho deu-se de forma pacífica.

6) Atuamos, ainda, nas negociações durante a ocupação realizada no edifício sede da Superintendência do INCRA na Paraíba em 20/05/2013 tendo um desfecho tranqüilo e sem maiores consequências. Cabe ressaltar, por fim, a presença nas audiências que envolveram trabalhadores nas diversas esferas do judiciário paraibano.

7) A Ouvidoria também se faz presente na entrega de cestas alimentícias a população em situação de insegurança alimentar e nutricional, participando da fiscalização do programa, haja vista ter recebido algumas denúncias de irregularidades, ocasião que pudemos constatar a correta distribuição dos alimentos, extinguindo, portanto, eventuais equívocos.

- **Assistência nos Assentamentos**

1) As principais intervenções nos Assentamentos foram na apuração do assassinato do Técnico Agrícola Leandro Silva, em Janeiro de 2013, membro do PA Santa Cruz, quando, com a imprescindível ingerência dessa Ouvidoria Nacional junto às autoridades do município de Campina Grande, possibilitou a prisão dos autores e do mandante do feito. Tal fato teve repercussão, inclusive, na zona urbana, pois os executores além de servirem de elementos de alto grau de periculosidade para com a membresia do PA mencionado, também são considerados autores de diversas ações danosas contra a população urbana.

2) A Ouvidoria do INCRA também acompanhou a situação no Projeto de Assentamento Antônio Eufrozino durante os dias 12 e 13/12/13, localizado no município de Campina Grande, região do Território da Cidadania da Borborema, que dista aproximadamente 180 Km da Capital paraibana. A iniciativa teve como objetivo constatar “*in loco*” a situação dos assentados no mencionado PA, palco de assassinato do trabalhador rural Antônio Gaudino da Silva, que residia naquela comunidade e foi morto a tiros no último dia 09 de dezembro de 2013.

3) Realizou-se, ainda, reunião com a membresia do Projeto de Assentamento denominado Santa Emília com a finalidade de consultar os trabalhadores rurais acerca da proposta de permuta de terra feita por meio do Grupo Tavares de Melo protocolada no INCRA. Em suma, a empresa citada manifestou desejo de permutar terras da União - espalhadas dentro do imóvel – em uma única parcela de terras para os agriculturas em permuta com gleba de sua propriedade visando aglutinar os trabalhadores ora dispersos em áreas separadas. Leu-se a proposta enviada aos presentes que prontamente aceitaram o pedido, solicitando, ainda, que todas as providências

cabíveis fossem adotadas por esta Autarquia para viabilizar a tramitação jurídica do processo, pois, segundo avaliaram, a permuta é um desejo antigo almejado pela comunidade. Assim, lavrou-se Ata da reunião, cópia em anexo, assinada pelos presentes ratificando a concordância com os termos da proposta.

- **Visitas a Autoridades**

Acreditamos que cabe ressaltar o acompanhamento realizado durante a visita da Exma. Sra. Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, quando em companhia do Sr. Superintendente da Regional Paraíba, Cleofas Cajú, estivemos visitando as obras do canal Acauã-Araçagi, no município de Itatuba, Território do Vale do Paraíba, em 25/03/2013. A execução da obra em andamento possibilitará levar água de qualidade a uma parcela considerável da população rural residente nas adjacências.

Registramos, ainda, audiência com o Ministro do STF, Dias Tóffoli, em 25/04/13, quando levamos petição de que fosse colocado em pauta no Plenário da Corte processo de desapropriação da fazenda Antas, no município de Sapé, e que naquela oportunidade encontrava-se sob pedido de vistas do eminente ministro. Conosco estiveram Dom Tomás Balduino, um representante da Secretaria-Geral da Presidência da República e trabalhadores rurais interessados no caso. Tóffoli comprometeu-se a levar o citado processo à pauta no momento considerado oportuno. Em Dezembro, o plenário assentou a seguinte decisão:

Portanto, verifica-se que a decisão do STF foi favorável aos trabalhadores rurais, pois está mantido o Decreto de desapropriação da Fazenda Antas, berço de lutas do camponês João Pedro Teixeira.

- **Conclusão**

Constatamos, nos momentos vivenciados nos Acampamentos e Assentamentos rurais da Paraíba que há um anseio por uma presença constante de técnicos do INCRA junto das comunidades do movimento Sem-Terra, com a finalidade de buscar prevenir problemas pontuais que possam desencadear cenários indesejáveis, visando a construção de uma conjuntura próspera, de interação, aproximando o movimento popular do Poder Público. Todavia, deve-se registrar a escassez de mão-de-obra disponível no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária da Paraíba, fato que agrava a dificuldade de acompanhamento periódico nas diversas regiões territoriais paraibanas.

10 Correição

10.1 Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior

Segue planilha com as informações consolidadas de processos abertos, e que estão em tramites de atualização no sistema CGU-PAD:

PROCESSOS	PORTARIA	DATA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO
54320.001616/2011-75	8	02/05/2013 - BS 18 06/05/2013	ENCAMINHADO PARA ABERTURA DE PAD
54320.000208/2011-04	5	03/06/2013 - BS 23 10/06/2013	ARQUIVAMENTO DOS AUTOS
54320.001913/2011-11	5	03/06/2013 - BS 23 10/06/2013	ENCAMINHADO PARA ABERTURA DE PAD
54320.000572/2008-61	7	08/07/2013 - BS 27 08/07/2013	ARQUIVAMENTO DOS AUTOS
54320.001363/2011-30	9	02/05/2013 - BS 14 03/06/2013	ARQUIVAMENTO DOS AUTOS
54320.000643/2006-63	6	02/05/2013 - BS 18 06/05/2013	ARQUIVAMENTO DOS AUTOS